

VERSÃO ELETRÔNICA



2008

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL



RESPONSABILIDADE E
TRANSPARÊNCIA PARA
SUPERAR DESAFIOS

SUMÁRIO

01	MENSAGEM DA DIRETORIA	03
02	PROGRAMA PREVIDENCIAL	04
	2.1. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BDMG	04
	2.2. SITUAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES	05
	2.3. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS	05
	2.4. ESTATÍSTICAS DA MASSA	05
	2.4.1. Estatísticas da Massa de Participantes Ativos	06
	2.4.2. Estatísticas da Massa de Participantes Assistidos	06
	2.5. ESTATUTO E REGULAMENTO	07
	2.6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – 2007	07
	2.6.1. Diagnóstico Atuarial	07
	2.6.2. Situação do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG	07
03	PROGRAMA ASSISTENCIAL	08
	3.1. PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE – PRO-SAÚDE	08
	3.2. PLANO ODONTOLÓGICO	09
	3.3. MEDICINA PREVENTIVA	10
	3.4. SERVIÇO SOCIAL	10
04	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11
	4.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	11
	4.1.1. Introdução	11
	4.1.2. Alocação dos Ativos	11
	4.1.3. Benchmark	12
	4.1.4. Controle de Riscos	12
	4.1.5. Limite Máximo de Diversificação	13
	4.1.6. Gestão dos Recursos	13
	4.1.7. Participação em Assembléias de Acionistas	13
	4.2. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	14
	4.2.1. Alocação dos Ativos	14
	4.2.2. Alocação dos Ativos por Plano	14
	4.2.3. Quadro Demonstrativo das Aplicações por Segmento	15
	4.2.4. Valor dos Investimentos sob Administração Própria e Gestão Terceirizada	15
	4.2.5. Rentabilidade dos Investimentos	16
	4.2.6. Divergência Não Planejada – DNP	16
05	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	17
	5.1. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	17
	5.1.1. Ativo Total	18
	5.1.2. Plano Previdencial	18
	5.1.3. Plano Assistencial	18
	5.2. EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	18
06	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
	NOTAS EXPLICATIVAS	24
07	PARECERES	32
	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	32
	PARECER ATUARIAL	33
	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	36
	PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	36



01

MENSAGEM DA DIRETORIA

A DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social foi constituída em 1977, com o objetivo de complementar a aposentadoria do sistema de previdência oficial e, assim, assegurar aos funcionários do BDMG uma aposentadoria com qualidade de vida e segurança.

Em toda a sua trajetória, a DESBAN sempre contou com o apoio do BDMG, seu Patrocinador, que através de suas sucessivas administrações nunca faltou com o incentivo e o suporte necessários à sua consolidação. Como é natural, passados esses 31 anos, a Fundação exibe um grau de maturidade pouco comum entre as entidades de previdência complementar, com 332 aposentados e 77 pensionistas já recebendo benefícios continuados, que correspondem a 45,2% de toda a massa do Plano.

O ano de 2008 foi marcado por uma profunda crise nos mercados mundiais e, como conseqüência, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar viveram o período mais crítico do seu histórico recente, em termos de rentabilidade financeira, com várias Fundações apresentando retorno negativo.

A DESBAN também foi afetada pela crise e fechou o exercício com um déficit técnico acumulado de R\$ 21,23 milhões, fato que também ocorreu em 1998 e que foi revertido nos exercícios subseqüentes. Este resultado é decorrente basicamente do desempenho negativo da carteira de ações. Entendemos que este déficit é resultado de fator conjuntural, que foi a forte desvalorização ocorrida no IBOVESPA, impacto este que pode ser medido nas demais Bolsas mundiais que também apresentaram retorno negativo. Desta forma podemos concluir que a DESBAN não apresenta problemas estruturais e que este déficit não compromete a solvência do Plano de Benefícios e sua reversão se dará de forma gradual, na medida da recuperação dos mercados.

Embora seja um momento difícil para todo o sistema de previdência complementar, o fato de nos últimos anos as prin-

cipais premissas atuariais do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG terem sido atualizadas e os investimentos seguirem a política estabelecida pelo ALM – Asset Liability Management, que busca a alocação eficiente de recursos visando à manutenção do equilíbrio entre os ativos financeiros e o passivo atuarial do plano, de modo a garantir o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento, confere à Fundação maior tranquilidade e segurança para atravessar este momento de crise.

Sabemos que nosso trabalho é árduo e complexo. Administrar o Plano de Benefícios e o Plano de Assistência à Saúde, atendendo à demanda dos participantes e usuários e às normas dos órgãos reguladores, gerir os investimentos da Fundação em um cenário econômico que após um longo período de estabilidade passou a uma crise profunda, cujos reflexos foram sentidos pelo sistema de previdência, aliado a um cenário de juros reais reduzidos, e deles obter rendimento que garanta o pagamento dos atuais e futuros benefícios, é um trabalho que requer muita cautela e prudência. Dentro dessa realidade, a Entidade não mede esforços no sentido de administrar os recursos dos participantes com ética, responsabilidade, eficiência e transparência. Neste contexto, é de fundamental importância investir em Recursos Humanos e contar com o envolvimento dos participantes na gestão da Fundação, através da participação ativa em seus órgãos colegiados – Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

Gostaríamos de aproveitar esta mensagem para informar a todos os participantes que a DESBAN foi fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC no exercício de 2008 que, em seu relatório não constou nenhuma ressalva e inconsistência nos procedimentos da Entidade.

Agradecemos ao nosso Patrocinador, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos, toda equipe da DESBAN, participantes e assistidos, pelos trabalhos realizados no exercício de 2008.



02

PROGRAMA PREVIDENCIAL

2.1. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BDMG

A DESBAN é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, tendo como patrocinadores o BDMG, na qualidade de instituidor, e por adesão, a própria Fundação.

A Fundação administra atualmente um único plano, Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, sendo a inscrição facultada a todos os empregados dos patrocinadores que se enquadrem como segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

O Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG é um plano de caráter contributivo, custeado de forma paritária pelos patrocinadores, participantes ativos e assistidos, conforme determina a Emenda Constitucional nº 20/98. O direito de aposentadoria para os participantes é caracterizado como de benefício definido, ou seja, a fórmula que será utilizada para definição da complementação DESBAN é previamente determinada no momento da inscrição.

O financiamento do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG é elaborado com base no cálculo atuarial. Isso significa que para a determinação do seu custo são utilizados modelos estatísticos e de probabilidades, pelos quais é possível projetar o comportamento futuro dos fluxos de caixa do Plano, a partir de premissas previamente fixadas.

Todos os benefícios da Previdência Social assegurados aos empregados dos patrocinadores são processados pela DESBAN, por força do convênio firmado com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, desde 1980. Esse convênio autoriza a Fundação a receber e conferir a documentação exigida pelo INSS para fins de requerimento de auxílio-doença, aposentadorias e pensão por morte, resultando em rapidez e segurança no processamento e pagamento dos benefícios. Enquanto aguarda a concessão do benefício no INSS, o participante ou os beneficiários, no caso de falecimento do participante, não sofrem interrupção do pagamento, uma vez que a DESBAN concede adiantamento do benefício para posterior acerto com o Instituto.

Cumprindo dispositivos legais, o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG está inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das entidades fechadas de previdência complementar sob o nº 19.790.036 – 29.

O Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, em dezembro de 2008, tinha 871 participantes, sendo 478 participantes em atividade, 332 aposentados e 61 pensões que beneficiam 77 pensionistas, o que gera uma relação de 1,22 participante ativo para cada assistido.

2.2. SITUAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

Os recursos garantidores dos compromissos previdenciais do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG são compostos pelos ativos do programa de investimentos, adicionadas as disponibilidades e deduzidos os valores a pagar, classificados no exigível operacional, tendo atingido o montante de R\$ 530,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008.

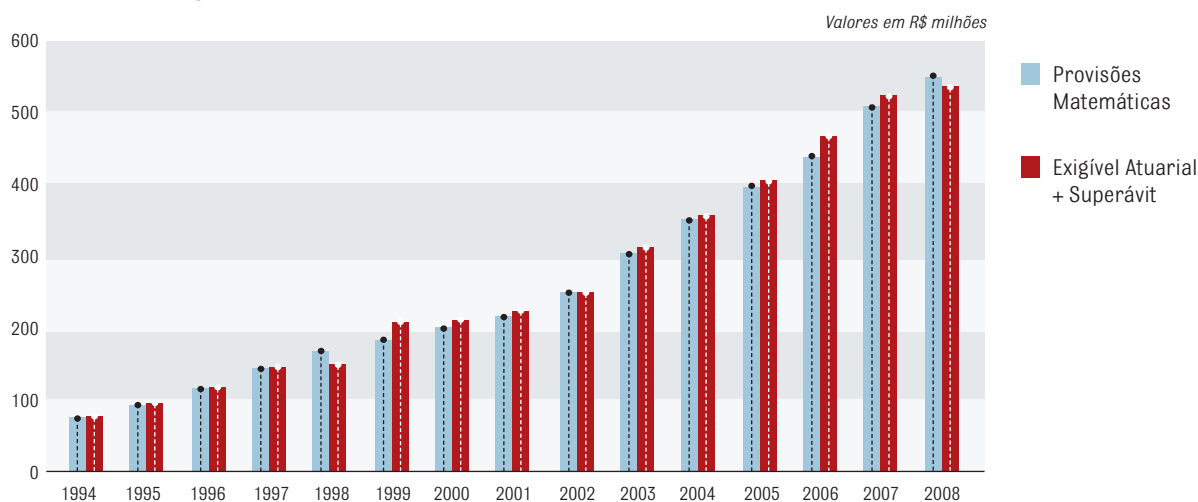
As Provisões Matemáticas atingiram o montante de R\$ 547,6 milhões (em dez/07, R\$ 502,9 milhões) e o déficit técnico acumulado, de R\$ 21,2 milhões (em dez/07, superávit técnico de R\$ 19,5 milhões), conforme apresentado no gráfico 1.

Tendo em vista a determinação da Fiscalização da SPC

através do Relatório de Fiscalização nº 07/2008/ESMG, de 25 de julho de 2008, o Conselho Deliberativo, com a recomendação favorável da Mercer, consultora atuarial externa da DESBAN, aprovou a reversão do Fundo de Oscilação de Riscos para o superávit do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, contabilizada em setembro de 2008.

As provisões matemáticas representam os compromissos com pagamentos dos benefícios futuros assegurados pelo Plano, líquidos das contribuições futuras de patrocinadores e de participantes e são calculadas a partir de hipóteses atuariais e da massa de participantes.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES PREVIDENCIAIS



2.3. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

A tabela 1 apresenta as receitas do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG ao longo do exercício de 2008.

TABELA 1 - RECEITAS PREVIDENCIAIS AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2008

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	RECEITA
1 - PATROCINADORES	5.622
BDMG	5.553
DESBAN	69
2 - PARTICIPANTES	4.636
BDMG	4.411
DESBAN	72
Autopatrocinaados	153
3 - OUTROS RECURSOS CORRENTES	9
TOTAL (1 + 2 + 3)	10.267

Na tabela 2 tem-se o demonstrativo das despesas previdenciais do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG contendo o pagamento dos benefícios no exercício de 2008, por tipo de benefício.

TABELA 2 - DESPESAS PREVIDENCIAIS AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2008

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	DESPESA
APOSENTADORIAS	25.500
PENSÕES	2.126
AUXÍLIOS-DOENÇA	83
PECÚLIOS	245
RESGATES	65
OUTROS RECURSOS CORRENTES	60
RECURSOS TOTAIS UTILIZADOS	28.079

2.4. ESTATÍSTICAS DA MASSA

A tabela 3 demonstra a evolução da massa de participantes e assistidos da DESBAN. A tabela contém ainda as ocorrências de pecúlio e resgate nos referidos anos.

TABELA 3 - ESTATÍSTICA DE MASSA

MASSA	2008	2007
PARTICIPANTES *		
Ativos	465	496
Autopatrocinados	10	9
Auxílio-doença	3	6
TOTAL PARTICIPANTES	478	511
ASSISTIDOS		
Aposentados - Tempo de Contribuição	311	291
Aposentados - Idade	2	2
Aposentados - Invalidez	18	19
Aposentados - Especial	1	1
Pensionistas **	61	58
TOTAL ASSISTIDOS	393	371
TOTAL GERAL	871	882
OCORRÊNCIAS		
PECÚLIOS	3	10
RESGATES	13	7

* Incluído 1 participante, que teve sua inscrição cancelada sem devolução da reserva de poupança por motivo de manutenção do vínculo empregatício com o patrocinador.

** Os dados registrados no campo de pensionistas correspondem ao número de participantes que geraram as pensões.

2.4.1. ESTATÍSTICAS DA MASSA DE PARTICIPANTES ATIVOS

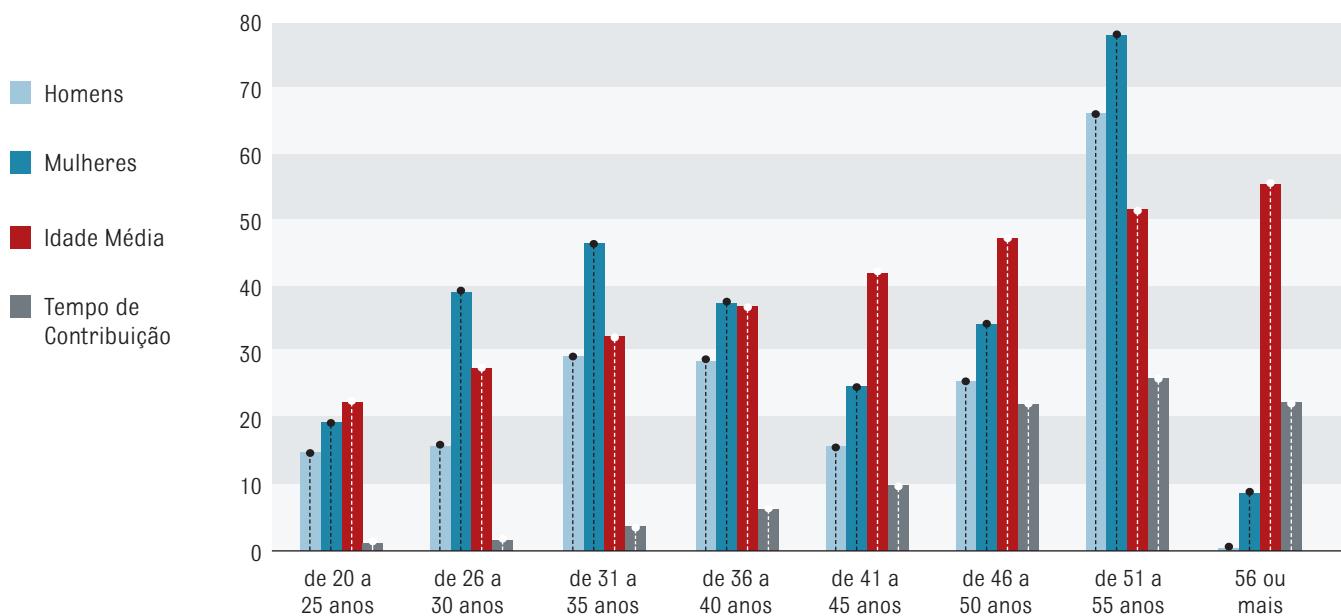
Em 31/12/2008, o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG possuía 478 participantes em atividade, sendo considerados como participantes ativos os que não estão em gozo de aposentadoria de qualquer espécie.

A tabela 4 e o gráfico 2 a seguir registram o perfil da massa de ativos do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG.

TABELA 4 - PERFIL DA MASSA DE ATIVOS

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA TOTAL	IDADE MÉDIA	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO
de 20 a 25 anos	22	24,49	2,85
de 26 a 30 anos	42	28,53	3,38
de 31 a 35 anos	75	33,45	4,90
de 36 a 40 anos	80	38,31	7,87
de 41 a 45 anos	48	43,48	11,05
de 46 a 50 anos	50	48,90	22,41
de 51 a 55 anos	142	53,74	28,02
56 ou mais	19	57,30	26,32
GERAL	478	43,02	15,34

GRÁFICO 2 - PARTICIPANTES ATIVOS - PERFIL DA MASSA



2.4.2. ESTATÍSTICAS DA MASSA DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 31/12/2008, o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG possuía um total de 393 assistidos, dos quais 332 são participantes em gozo de complementação de aposentadorias por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial e 61 ex-participantes que geraram 77 beneficiários em gozo de complementação de pensão por morte. Em geral, a pensão é vitalícia para cônjuge ou companheiro(a) e temporária para os filhos e enteados solteiros. Os gráficos 3 e 4 a seguir exibem a distribuição etária de aposentados e pensionistas.

GRÁFICO 3 - APOSENTADOS: PERFIL DA MASSA

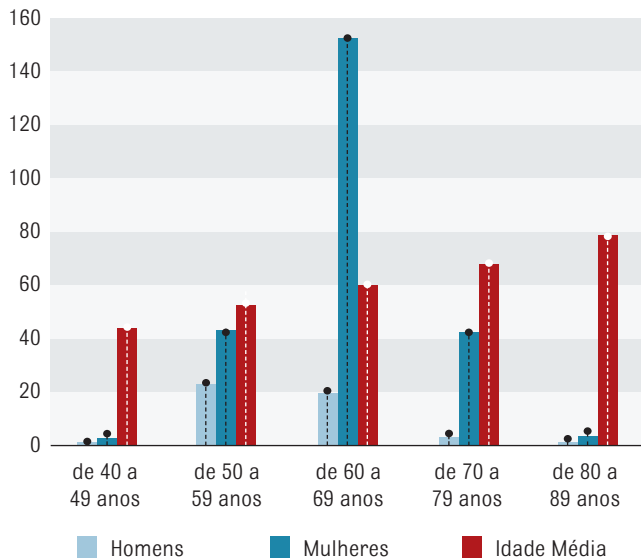
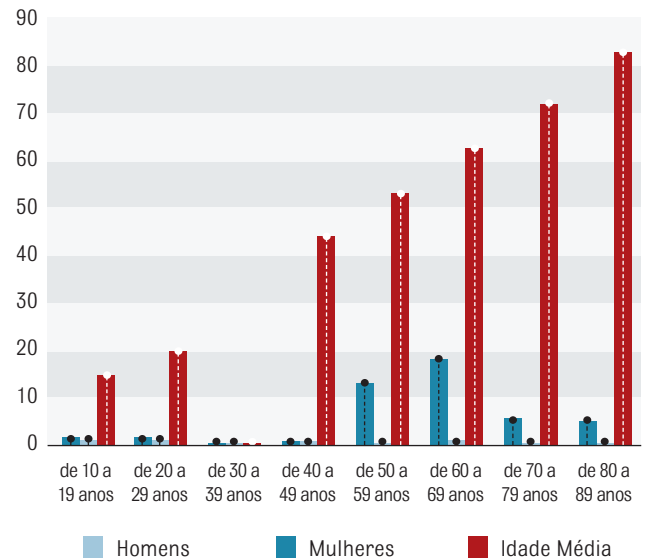


GRÁFICO 4 - PENSIONISTAS: PERFIL DA MASSA



2.5. ESTATUTO E REGULAMENTO

Ao longo do exercício de 2008 não houve alteração no Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, assim como não houve alteração no Estatuto da Fundação. O regulamento atual está vigente desde setembro de 2007 e o Estatuto, desde setembro de 2002.

2.6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2008

Cumprindo exigência legal contida na Lei nº 109/01 e no Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG foi processada a Avaliação Atuarial – 2008, com data base de 30 de setembro de 2008, pela empresa de consultoria externa da DESBAN, Mercer Human Resource Consulting Ltda.

A Avaliação teve por objeto a análise das hipóteses atuariais, com o objetivo de fixar as projeções da evolução do plano buscando a manutenção do seu equilíbrio atuarial e financeiro.

2.6.1. DIAGNÓSTICO ATUARIAL

Na avaliação atuarial do exercício de 2008 as provisões matemáticas sofreram variações face à revisão da premissa relativa à rotatividade, além das alterações cadastrais, incluídas as novas adesões e baixas ocorridas no decorrer do período. A premissa revista está mais aderente à massa.

2.6.2. SITUAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BDMG

TABELA 5 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO DO EXIGÍVEL ATUARIAL - 2008	POSIÇÃO DO EXIGÍVEL ATUARIAL - 2007
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	346.488	304.653
Benefícios do Plano	365.775	321.565
Contribuição do Patrocinador sobre Benefício	(19.287)	(16.912)
BENEFÍCIOS A CONCEDER	202.263	200.067
Benefícios do Plano com a Geração Atual	246.418	241.917
Contribuições dos patrocinadores sobre Benefícios da Geração Atual	(14.385)	(14.170)
Outras Contribuições da Geração Atual	(29.770)	(27.680)
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(1.089)	(1.822)
Serviço Passado	(1.089)	(1.822)
Provisões Matemáticas	547.662	502.898



03

PROGRAMA ASSISTENCIAL

3.1. PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE – PRO-SAÚDE

O PRO-SAÚDE é um plano de Assistência à Saúde, formatado na modalidade de autogestão. É custeado pelo BDMG e pela DESBAN, participantes e assistidos, e tem por objetivo oferecer cobertura ambulatorial e hospitalar com obstetrícia aos empregados dos patrocinadores inscritos no plano e aos seus dependentes.

O plano de saúde, vigente desde 2000, está registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº. 448.709/04-5, e a DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social é registrada na ANS como operadora sob o nº. 35.766-9.

No ano de 2008, o PRO-SAÚDE completou o seu nono ano de funcionamento, em condições de equilíbrio econômico, financeiro e atuarial e dispendo de fundos no valor de R\$ 13.476 mil e provisões técnicas no valor de R\$ 739 mil, em cumprimento à Resolução Normativa nº.160 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Os gráficos 5 e 6 abaixo demonstram a composição etária e por grupo de usuários do plano de saúde.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE USUÁRIOS POR FAIXA-ETÁRIA

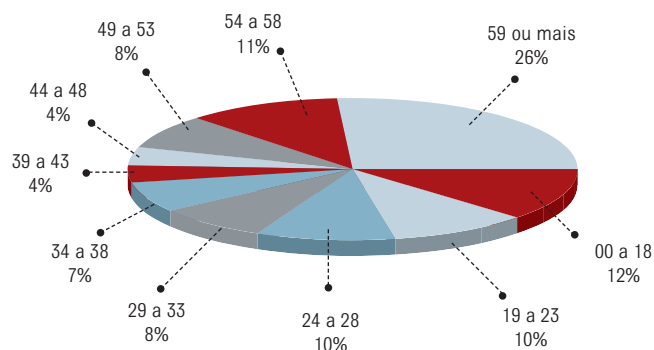
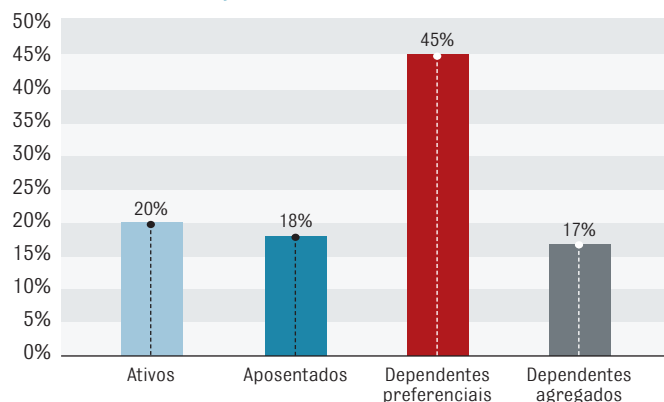


GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE USUÁRIOS



A tabela 6 apresenta os gastos e a quantidade de procedimentos realizados nos anos de 2007 e 2008.

TABELA 6 - SERVIÇOS PRESTADOS - 2007 E 2008

PROCEDIMENTOS	2007		2008		%
	QUANTIDADE	VALOR (B)	QUANTIDADE	VALOR (B)	
Consultas	10.016	347.803,23	9.912	377.683,46	8,59
Exames	36.317	831.077,94	36.414	876.352,89	5,45
Internações	299	1.268.747,37	247	1.203.075,44	(5,18)
Reembolsos	2.290	118.724,30	3.223	166.324,26	40,09

Houve uma redução da ordem de 17,4% no número de internações, porém, este decréscimo não refletiu na conta média por usuário, que no mesmo período passou de R\$ 4.243,30 para R\$ 4.870,75, ou seja, 14,8% de acréscimo. Além disso, quantidade de reembolso sofreu um aumento significativo devido a maior utilização de procedimentos de psicoterapia, nutrição, terapia ocupacional, dentre outros.

As tabelas e o gráfico abaixo registram a utilização e o gasto médio do Pro-Saúde.

TABELA 7 - UTILIZAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE

PROCEDIMENTOS	2007	2008
Consultas por usuário/ano	4,6	4,7
Exames por usuário/ano	13,9	17,0
Exames por consulta	3,03	3,6

GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE USUÁRIOS QUE UTILIZARAM O PLANO DE SAÚDE EM 2008

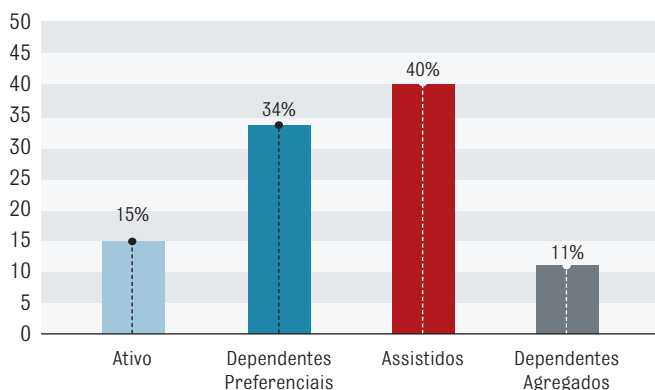


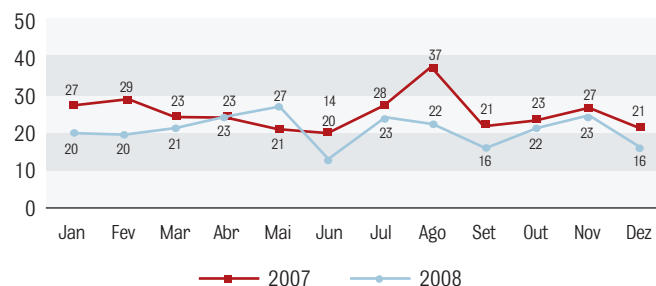
TABELA 8 - GASTO MÉDIO DO PLANO DE SAÚDE

Valores em R\$

PROCEDIMENTOS	2007	2008
Consultas	34,72	38,10
Exames	26,87	24,06
Internação Hospitalar	4.243,30	4.870,75
Internação Hospitalar por paciente/dia	848,66	876,23
Tempo Médio de Permanência Hospitalar	5,0 dias	6,4 dias

O gráfico a seguir apresenta o comportamento da variável internação nos anos de 2007 e 2008, por mês.

GRÁFICO 8 - NÚMERO DE INTERNAÇÕES NOS ANOS DE 2007 E 2008



RECEITA / DESPESA DO PRO-SAÚDE

Na tabela 9 observa-se os índices de sinistralidade ao longo dos últimos anos. Ela é obtida através da razão entre a despesa e a receita.

TABELA 9 - SINISTRALIDADE

Valores em R\$

DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
Receita (A)	3.378.003,22	5.056.209,18	5.290.651,71	5.500.135,13	5.945.971,23
Despesa (B)	3.462.239,95	3.595.416,95	3.996.531,37	3.773.467,43	4.862.118,19
Sinistralidade (B/A)	102,49%	71,11%	75,54%	68,61%	81,8%

3.2. PLANO ODONTOLÓGICO

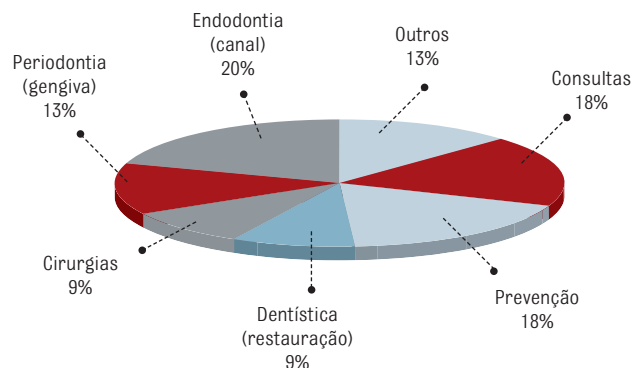
A assistência odontológica é prestada pela CAREPLUS Dental. Foram constituídos três planos: Dental 1 - Básico, Desban Plus e Dental 5 - Reembolso.

Pelo quarto ano consecutivo não houve reajuste decorrente de sinistralidade no plano odontológico. Conforme contrato, o reajuste das mensalidades é feito pela variação do IGP-M, mas em razão do baixo índice de sinistralidade apurado (41,58%) a DESBAN conseguiu negociar com a CAREPLUS para que o reajuste fosse de apenas 40% da variação do IGP-M. O comportamento da cobertura odontológica está representado pela tabela 10 e o gráfico 9.

TABELA 10 – CAREPLUS DENTAL

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Consultas / Prevenção	1.640	23%
Radiografia	1.439	20%
Dentística (restauração)	640	9%
Cirurgias	107	1%
Periodontia (gengiva)	1.212	17%
Endodontia (canal)	1.972	27%
Outros	228	3%
TOTAL	7.238	100%

GRÁFICO 9 - CUSTO POR TIPO DE TRATAMENTO



3.3. MEDICINA PREVENTIVA

A Desban administra, também, o Programa de Medicina Preventiva, com custeio integral dos patrocinadores (BDMG e Desban). O Programa de Medicina Preventiva realizou, em 2008, as seguintes atividades:

1. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO dos empregados dos patrocinadores BDMG/DESBAN.

» Foram realizados cerca de 750 check-ups e 15 exames admissionais em 2008.

2. Campanha preventiva e educativa – Programa de Imunização:

» Vacinação contra gripe e Rubéola: 570 doses.

3. Parceria com Recursos Humanos do BDMG e com a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para realização do Programa de Qualidade de Vida. Fazem parte do mesmo as seguintes ações:

» **Reeducação Alimentar:** lançado em abril com o objetivo de esclarecer, informar e capacitar os funcionários a lidarem com as suas dificuldades alimentares, buscando transformá-las em hábitos saudáveis e criando condições para que os participantes consigam perder peso e estabilizá-lo, minimizando os fatores de risco. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar que auxilia o funcionário através do grupo de apoio e de atendimentos individuais.

» **Ginástica Laboral:** o programa, iniciado em 2001, foi reformulado e novas atividades foram implementadas. Cerca de 70% dos funcionários participam das atividades.

» **Teatro Empresarial:** estimular a expressão, criatividade, interatividade, sensibilidade, consciência corporal e emocional dos participantes. Desenvolver o potencial artístico e criativo dos funcionários, utilizando o teatro como instrumento de sensibilização para temas vinculados a gestão e desenvolvimento dos recursos humanos do Banco. Os funcionários apresentaram duas peças.

» **Sócio-cultural e integração com a Família:** promover a integração do funcionário através de atividades de cultura e lazer e inserção da família na empresa. Dentro do programa foram desenvolvidas as seguintes atividades: sessão de cinema e dia da criança na empresa e o projeto *Meu bebê*.

» **Grupo de Corrida e Caminhada do BDMG:** melhorar a qualidade de vida e bem-estar, através de atividade física orientada, além de promover a integração e a divulgação do BDMG.

» **Cessação do Tabagismo:** reduzir a prevalência de fumantes dentro do BDMG.

» **Ações de Saúde e Segurança:** esclarecer, reforçar, informar e capacitar os indivíduos na mudança de hábitos de vida. Atividades realizadas: palestras, oficinas, filme comentado, campanhas de vacinação.

4. **Palestra e orientações sobre o “Headset”,** equipamento acoplado ao telefone, de amplificação sonora, com capacidade de recepção e emissão de sons.

O Serviço de Medicina Preventiva, a ARH – Assessoria de Recursos Humanos e a CIPA promoveram treinamento para os empregados que utilizam o headset no BDMG e estes realizam anualmente o exame de audiometria.

5. **Participação na IX SIPAT do BDMG – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho** através das atividades: palestra sobre estresse, oficinas de relaxamento, massagem corporal, qualidade de vida, bem-estar e coral.

O tema da SIPAT foi “Sua vida ainda melhor”. A SIPAT destacou formas de prevenir e lidar com o estresse.

A Medicina Preventiva atua na identificação precoce dos potenciais fatores de risco e agravantes à saúde, buscando prevenir ou identificar eventuais processos patológicos. Os exames preventivos são individuais, levando em consideração a idade e fatores de risco tais como fumo, sedentarismo e obesidade, dentre outros.

3.4. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social da DESBAN tem por objetivo atender aos participantes ativos, assistidos e seus dependentes, tratando dos aspectos de saúde, dependência química, psiquiatria, acompanhamento de internações, check-up, atendimento aos credenciados e, além disso, trabalha conjuntamente com a CIPA e a Assessoria de Recursos Humanos do BDMG no desenvolvimento de programas e projetos focados na melhoria da qualidade de vida.

4.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4.1.1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimentos estabelece as regras sob as quais a Fundação deve investir os recursos do Plano e foi elaborada em consonância com a Resolução CMN nº 3.456, de 01/06/2007, para assegurar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente desses recursos em condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

O Conselho Deliberativo, em sua reunião de nº 101, realizada em 23/12/2008, aprovou a Política de Investimentos para

o ano de 2009, consubstanciado no documento “Política de Investimentos 2009”, e designou a Diretora Financeira, Íris Lanna de Moraes, CPF 489.370.296-34, como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para o Plano de Benefício Previdenciário – BDMG. A Política foi elaborada em conformidade com o Estatuto e Regulamento da DESBAN, com base no grau de maturidade do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG e na sua condição de Benefício Definido (BD).

4.1.2. ALOCAÇÃO DOS ATIVOS

A alocação estratégica corresponde à decisão de investimento de longo prazo, que leva em conta a estrutura do passivo (grau de maturidade) dos Planos de Benefícios, visando proporcionar rentabilidade compatível para garantir o equilíbrio econômico e financeiro no longo prazo. A alocação determinada no quadro abaixo visa proporcionar o retorno mínimo correspondente a meta atuarial, definida em IPCA + 5,5% ao ano, além

de garantir a liquidez necessária para os desembolsos previstos. A alocação de ativos nos diversos segmentos estabelece os limites inferiores e superiores que a Fundação poderá considerar para alocar os recursos do plano, conforme previsto na legislação vigente e conciliando com as oportunidades de mercado.

A tabela 11 apresenta a alocação-objetivo do Plano Previdencial para o ano de 2009.

TABELA 11 - ALOCAÇÃO-OBJETIVO DO PLANO PREVIDENCIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
RENDA FIXA	82%	0%	100%
Baixo risco de crédito	---	0%	100%
Médio e alto risco de crédito	---	0%	0%
Derivativos	---	0%	80%
RENDA VARIÁVEL	13%	0%	30%
Ações em mercado	---	0%	30%
Participações	---	0%	3%
Renda variável - outros ativos	---	0%	2%
Derivativos	---	0%	30%
IMÓVEIS	3%	0%	4%
Desenvolvimento	---	0%	0%
Aluguéis e renda	---	0%	4%
Fundos imobiliários	---	0%	4%
Outros investimentos imobiliários	---	0%	0%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2%	0%	10%
Empréstimos a participantes	---	0%	10%
Financiamentos imobiliários a participantes	---	0%	0,9%
DERIVATIVOS			
Limite máximo para proteção: 80%		Limite máximo para exposição: 80%	

A tabela 12 apresenta a alocação-objetivo do Plano Assistencial para o ano de 2009.

TABELA 12 - ALOCAÇÃO-OBJETIVO DO PLANO ASSISTENCIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
RENDA FIXA	100%	0%	100%
Baixo risco de crédito	---	0%	100%
Médio e alto risco de crédito	---	0%	0%
Derivativos	---	0%	80%

Os cenários de curto e médio prazo são delineados a partir de informações obtidas de fontes públicas, relatório FOCUS do Banco Central, consultorias e de estudos macroeconômico, financeiro e político de instituições financeiras.

Os cenários utilizados pela Fundação como entradas para o modelo de macro-alocação estão descritos na tabela seguinte. As taxas utilizadas são nominais.

TABELA 13 - CENÁRIOS 2009/2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Inflação IPCA (%)	5,20	4,5	4,5	4,5	4,5
Inflação IGPM (%)	5,85	4,5	4,5	4,5	4,5
Selic Média (%)	13,63	12,15	11,26	10,52	10,52
Bovespa (%)	20	18,78	14,82	14,58	12,87

4.1.3. BENCHMARK

O benchmark é o indicador usado para comparar a rentabilidade dos investimentos a um índice pré estabelecido. Para os segmentos em que são investidos os recursos do Plano, os benchmarks definidos consideraram a estrutura do passivo da Fundação e as condições de mercado, conforme descritos a seguir:

- » **Renda Fixa** - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.) + 1% a.a. – este benchmark reflete a alocação em títulos de longo prazo indexados à inflação e ao processo de consolidação da redução das taxas de juros reais pelo Banco Central do Brasil – BACEN;
- » **Renda Variável** - IBOVESPA – com prioridade de investir em ações que, em função de adesão aos padrões de governança corporativa, pertençam ao Novo Mercado e Nível 1 e 2 da Bovespa;
- » **Imóveis** - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.);
- » **Operações com Participante (Empréstimos + Financiamentos)** - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.).

4.1.4. CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de se obter perdas com o resultado das oscilações de preços dos ativos. É o risco de se perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um investimento. O exemplo clássico de risco de mercado é a perda resultante das variações negativas das cotações dos papéis negociados na Bolsa de Valores. A DESBAN utiliza a Divergência não Planejada – DNP e o VaR – Value-at-Risk para gerenciar o risco de mercado dos seus investimentos.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição de dispor de recursos suficientes no momento de honrar suas obrigações. A DESBAN monitora esse risco utilizando-se do DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial.

Risco de Contraparte: está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. A DESBAN gerencia esse risco realizando investimentos somente em instituições financeiras e emissores de títulos de crédito classificados como de baixo risco pelas agências especializadas e dentro dos critérios e limites previamente recomendados pelo Comitê de Investimentos, e aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

Risco Legal: Relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado bem como o não cumprimento dos normativos legais. Podem-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade e penalidades por não cumprimento de exigibilidades. A DESBAN gerencia esses riscos através de sua área ju-

rídica e de escritórios terceirizados especializados para assuntos de maior complexidade e também através do setor de controladoria e sistematização dos procedimentos através de controles informatizados.

Risco Operacional: entendido como o risco de perdas resultantes de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Compreende todas as outras formas a partir das quais podem-se não obter o retorno esperado, perda parcial ou total de um investimento, pagamentos indevidos, inadimplências ou atrasos, ou qualquer outro fato que acarrete ônus não previstos à Fundação. O exemplo mais emblemático de risco operacional é a fraude.

A DESBAN gerencia esse risco através de sua estrutura interna de controle, a qual inclui uma relação de controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de riscos e controles por todos os funcionários. A estrutura inclui os manuais de procedimentos, código de ética, regimento interno, treinamento constante em todas as áreas, sistemas informatizados, segregação de função, adequados ao porte da entidade. As atividades e os processos passam por avaliações periódicas, identificando os riscos inerentes e a eficácia dos controles em uso. Como resultado a Fundação implementa planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles. Esse processo resulta em menor exposição a riscos.

4.1.5. LIMITE MÁXIMO DE DIVERSIFICAÇÃO

» Pessoa Jurídica ou Conglomerado: 10%

» Patrocinadores e Ligadas: 10%

TABELA 14 – LIMITES DE DIVERSIFICAÇÃO

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	6%	0%	0%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	12%	0%	0%
FIDC	5%	0%	0%
COMPANHIAS ABERTAS			
POR CAPITAL VOTANTE: 5%	DOS RECURSOS GARANTIDORES: 5%	POR CAPITAL TOTAL: 5%	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO			
POR PROJETO: 25%	POR PROJETO + INVERSÕES DOS PATROCINADORES: 40%		
IMÓVEL			
POR IMÓVEL: 4%	PL DO FUNDO: 25%		

4.1.6. GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos é feita de forma mista, conjugando gestão interna e contratação de gestores externos, limitado a no máximo 4 (quatro).

O processo de seleção, contratação e destituição de gestores, quando for o caso, segue padrões técnicos e de performance definidos pela Diretoria Executiva, que levam em conta os riscos técnico, gerencial e de não compliance associados ao gestor, bem como seu histórico de desempenho na gestão de recursos.

No processo de escolha de gestores de fundos de investimento são analisados os aspectos qualitativos e quantitativos descritos a seguir.

» **Qualitativos** – estrutura de suporte e de controle; práti-

cas de marcação a mercado; capacitação técnica; histórico das empresas e dos controladores; outros;

» **Quantitativos** – total de recursos administrados; custos; riscos incorridos; rentabilidade histórica auferida; outros.

A estratégia de formação de preço é definida pela Fundação e pelo gestor externo.

A Fundação adota critérios para o acompanhamento mensal das estratégias formuladas ou desempenhadas, com periodicidade semestral de avaliação, observada a aderência dos fundos a seus mandatos, para avaliação do desempenho dos gestores escolhidos. As avaliações de desempenho dos gestores fornecem indicações quanto à continuação ou ao término da gestão terceirizada.

4.1.7. PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS

A participação em assembleias de acionistas ocorre nos casos em que a DESBAN detenha 5% ou mais de participação no capital votante ou capital total da empresa ou desde que o recurso investido represente mais do que 6% dos recursos garantidores das reservas técnicas.

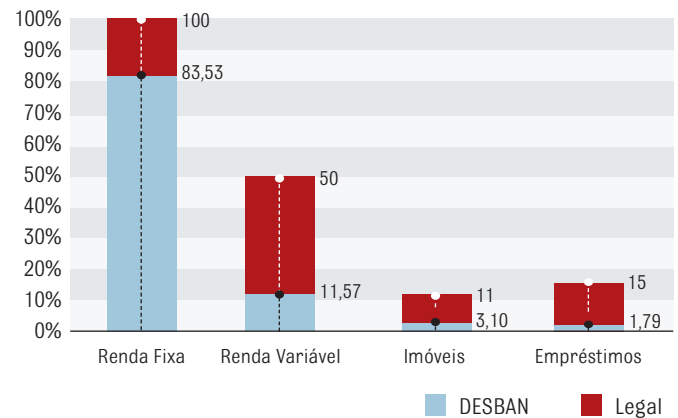
4.2. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

As aplicações dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar são feitas em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Atendendo a essas diretrizes e à Política de Investimentos, a DESBAN encerrou o exercício de 2008 enquadrada nos limites regulamentares. A rentabilidade de seus investimentos foi inferior ao mínimo atuarial, conforme evidenciado nos gráficos a seguir:

4.2.1. ALOCAÇÃO DOS ATIVOS

GRÁFICO 10 - ALOCAÇÃO DOS ATIVOS X LIMITES LEGAIS



4.2.2. ALOCAÇÃO DOS ATIVOS POR PLANO

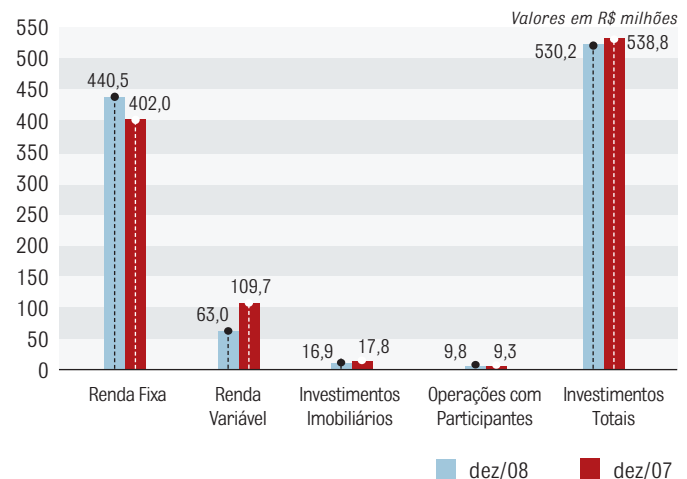
» PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS – BDMG

TABELA 15 – COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS

Valores em R\$ milhões

SEGMENTO	2008		2007	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	440,5	83,09	402,0	74,62
Renda Variável	63,0	11,88	109,7	20,36
Investimentos Imobiliários	16,9	3,19	17,8	3,30
Operações com Participantes	9,8	1,85	9,3	1,72
Investimentos Totais	530,2	100	538,8	100,00

GRÁFICO 11 - COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS



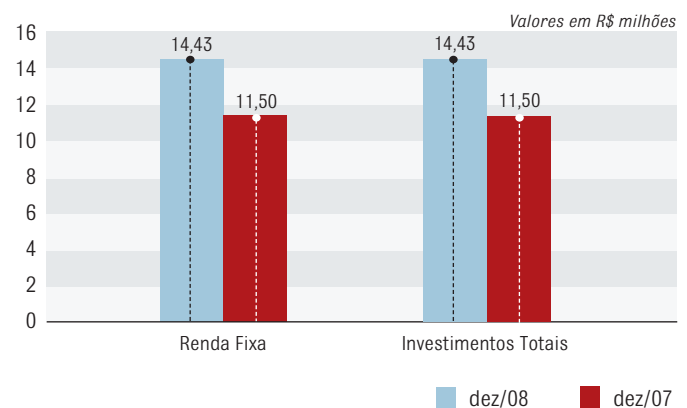
» PLANO ASSISTENCIAL

TABELA 16 – COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS ASSISTENCIAIS

Valores em R\$ milhões

SEGMENTO	2008		2007	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	14,43	100,0	11,50	100,0
Investimentos Totais	14,43	100,0	11,50	100,0

GRÁFICO 12 - COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS ASSISTENCIAIS



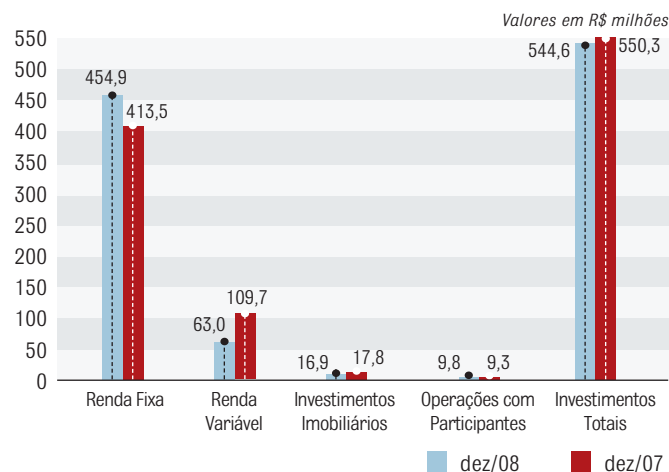
» INVESTIMENTOS TOTAIS

TABELA 17 – COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS

Valores em R\$ milhões

SEGMENTO	2008		2007	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	454,9	83,53	413,5	75,16
Renda Variável	63,0	11,57	109,7	19,93
Investimentos Imobiliários	16,9	3,10	17,8	3,23
Operações com Participantes	9,8	1,79	9,3	1,68
Investimentos Totais	544,57	100,00	550,3	100,00

GRÁFICO 13 - COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS



4.2.3. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES POR SEGMENTO

TABELA 18 - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA DESBAN - 2008

Valores em R\$

SEGMENTO	PLANO PREVIDENCIAL		PLANO ASSISTENCIAL		TOTAL INVESTIMENTOS	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
SEGMENTO RENDA FIXA COM BAIXO RISCO DE CRÉDITO	440.477.019	83,08	14.425.044	100,00	454.902.063	83,52
TÍTULOS PÚBLICOS	237.027.153	44,71	7.762.328	53,80	244.789.481	44,95
Notas do Tesouro Nacional	237.027.153	44,71	7.762.328	53,80	244.789.481	44,95
TÍTULOS PRIVADOS	144.768.245	27,30	4.740.970	32,87	149.509.215	27,44
Certificados de Depósitos Bancários	110.651.021	20,87	3.623.676	25,12	114.274.696	20,98
Operações Compromissadas	10.088.639	1,90	330.390	2,29	10.419.029	1,91
Debêntures não Conversíveis	22.057.209	4,16	722.345	5,01	22.779.553	4,18
Cédulas de Crédito Bancário	1.971.377	0,37	64.560	0,45	2.035.937	0,37
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	53.856.443	10,16	1.763.728	12,23	55.620.171	10,21
FIF - Fundos Investimentos Financeiros-RF	783.064	0,15	25.644	0,18	808.708	0,15
FIDEX - Fundos Investimentos Dívida Exterior	14.084.655	2,66	461.254	3,20	14.545.909	2,67
FIDC's - Fundo de Inv. em Direitos Creditórios	38.988.725	7,35	1.276.830	8,85	40.265.554	7,39
DERIVATIVOS PARA HEDGE	4.825.178	0,91	158.018	1,10	4.983.196	0,92
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	63.013.699	11,89	-	-	63.013.699	11,58
Carteira de Ações em Mercado	59.117.155	11,15	-	-	59.117.155	10,86
Fundos de Empresas Emergentes	3.896.545	0,73	-	-	3.896.545	0,72
SEGMENTO DE IMÓVEIS	16.903.976	3,19	-	-	16.903.976	3,11
Locadas a Terceiros	15.669.182	2,96	-	-	15.669.182	2,88
Direitos em Alienações de Inv. Imobiliários	1.234.794	0,23	-	-	1.234.794	0,23
SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9.751.032	1,84	-	-	9.751.032	1,79
Empréstimos	9.053.973	1,71	-	-	9.053.973	1,66
Financiamentos Imobiliários	697.059	0,13	-	-	697.059	0,13
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	530.145.726	100	14.425.044	100	544.570.770	100

4.2.4. VALOR DOS INVESTIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA E GESTÃO TERCEIRIZADA

TABELA 19 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

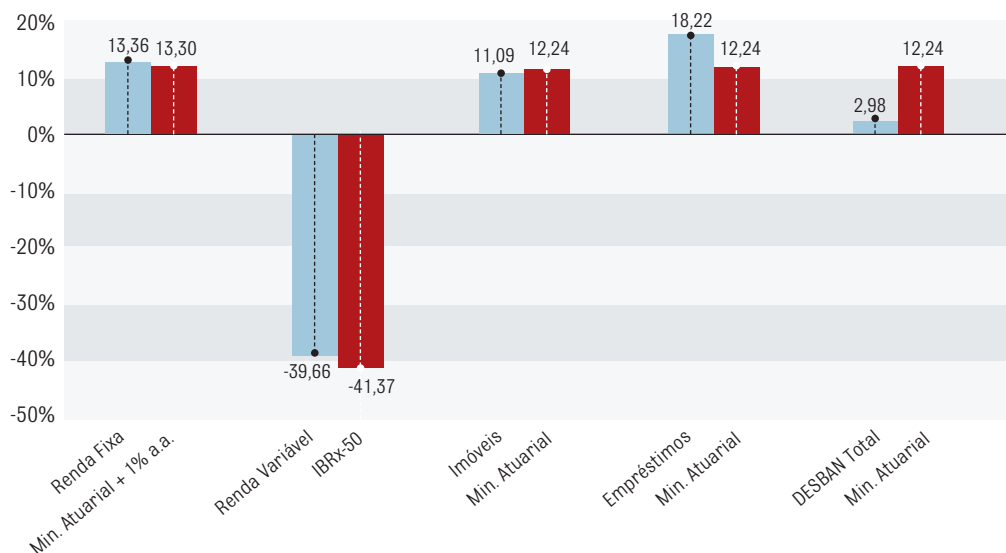
Valores em R\$ mil

SEGMENTO	TOTAL INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	454.902	83,5	440.356	80,9	14.546	2,7
RENDA VARIÁVEL	63.014	11,6	63.014	11,6	-	-
IMÓVEIS	16.904	3,1	16.904	3,1	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9.751	1,8	9.751	1,8	-	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	544.571	100	530.025	97,3	14.546	2,7

4.2.5. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A Rentabilidade geral da DESBAN em 2008 foi de 2,98%, índice equivalente a 22,33% da meta atuarial estabelecida em 13,30%. O ano de 2008 foi marcado principalmente pela crise financeira mundial iniciada nos Estados Unidos, decorrente do *default* das carteiras crédito imobiliário – subprime – que se estendeu para todos os mercados mundiais se configurando como uma grave crise de crédito e de confiança. No Brasil, como nos demais países do mundo, o segmento de Renda Variável foi o que apresentou a maior perda de retorno, traduzida no desempenho negativo do IBOVESPA em 41,25%. A carteira de Renda Variável da DESBAN apresentou desempenho negativo de 39,66%, o que, basicamente, explica a rentabilidade total obtida no ano. Vale ressaltar a estrita observância das diretrizes constantes da “Política de Investimentos” aprovada para o exercício.

GRÁFICO 14 - RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS E BENCHMARKS 2008

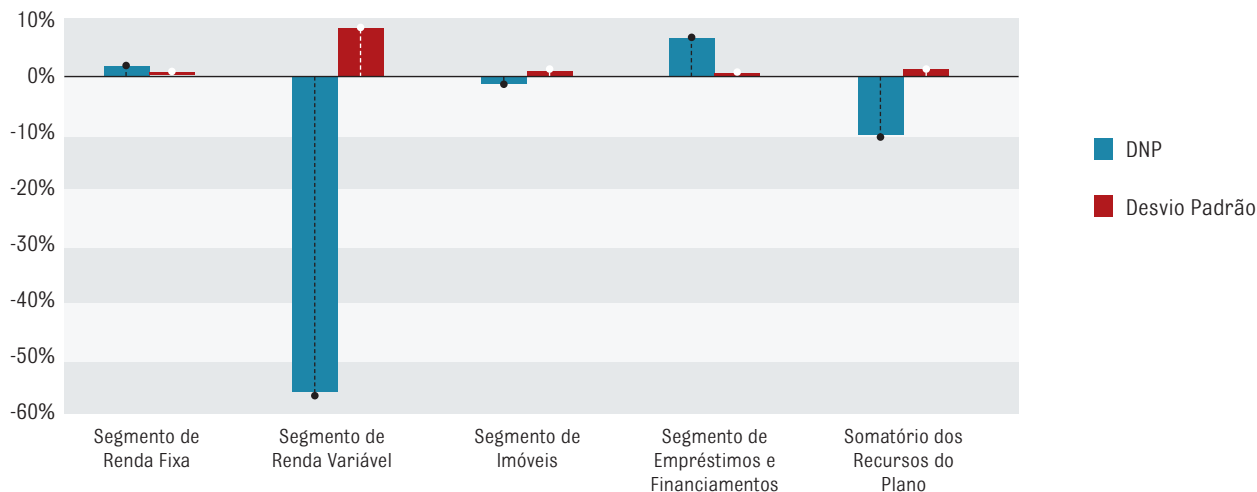


4.2.6. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

A DNP é a diferença entre o percentual de rentabilidade da carteira de investimentos e a taxa mínima atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, IPCA + 5,5% ao ano.

O desvio padrão é um indicador estatístico da oscilação das carteiras de investimentos. É uma medida do grau de dispersão dos resultados em torno da média de cada carteira, isto é, um número que mede o quanto os resultados estão mais ou menos dispersos em relação a esta média. Portanto, é uma medida de risco. Ou seja, quanto maior for o desvio padrão, maior será a oscilação, e quanto maior a oscilação, maior o risco incorrido.

GRÁFICO 15 - DNP X DESVIO PADRÃO (ACUMULADA DE JAN/08 A DEZ/08)



5.1. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO

A despesa com administração da Entidade é segregada aos Programas Previdencial, Assistencial e de Investimentos. Essa segregação é efetuada através de sistema de alocação direta, combinado com rateio das despesas comuns.

TABELA 20 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Valores em R\$

DISCRIMINAÇÃO	PLANO PREVIDENCIAL	PLANO ASSISTENCIAL	TOTAL
GESTÃO OPERACIONAL	1.611.454,70	1.618.142,61	3.229.597,31
PESSOAL E ENCARGOS	1.017.192,87	1.045.670,16	2.062.863,03
Pessoal e Encargos	1.017.192,87	1.045.670,16	2.062.863,03
SERVIÇOS DE TERCEIROS	363.982,60	238.972,22	602.954,82
Administração de Serviços	20.690,14	58.441,06	79.131,20
Consultorias	32.287,79	48.684,44	80.972,23
Locação de Software	63.061,92	18.988,46	82.050,38
Honorários Advocatícios	111.660,99	1.182,60	112.843,59
Auditorias	14.086,27	24.748,24	38.834,51
Atuário	102.922,76	21.024,00	123.946,76
Perícias Médicas e Odontológicas	-	24.605,00	24.605,00
Outras Despesas	19.272,73	41.298,42	60.571,15
DESPESAS GERAIS	140.923,93	175.560,67	316.484,60
Despesas Gerais	140.923,93	175.560,67	316.484,60
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	13.749,36	20.330,05	34.079,41
Depreciações e Amortizações	13.749,36	20.330,05	34.079,41
DESPESAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	75.605,94	137.609,51	213.215,45
PIS/Cofins	75.605,94	137.609,51	213.215,45
GESTÃO DE RECURSOS	2.280.530,03	39.189,88	2.319.719,91
ADMINISTRAÇÃO	1.683.326,10	39.189,88	1.722.515,98
PESSOAL E ENCARGOS	1.233.601,83	28.792,87	1.262.394,70
Pessoal e Encargos	1.233.601,83	28.792,87	1.262.394,70
SERVIÇOS DE TERCEIROS	303.037,78	7.000,66	310.038,44
Administração de Serviços	25.722,70	601,73	26.324,43
Consultorias	63.956,67	1.447,21	65.403,88
Locação de Software	80.232,34	1.872,69	82.105,03
Honorários Advocatícios	2.492,91	54,05	2.546,96
Auditorias	17.518,81	403,40	17.922,21
Taxa de Custódia	93.570,76	2.175,75	95.746,51
Outras Despesas	19.543,59	445,83	19.989,42
DESPESAS GERAIS	129.591,91	2.997,38	132.589,29
Despesas Gerais	129.591,91	2.997,38	132.589,29
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	17.094,58	398,97	17.493,55
Depreciações e Amortizações	17.094,58	398,97	17.493,55
INVESTIMENTOS	597.203,93	-	597.203,93
CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL	139.926,35	-	139.926,35
Corretagem	119.614,08	-	119.614,08
Taxas e Emolumentos	20.312,27	-	20.312,27
CARTEIRA IMOBILIÁRIA	457.277,58	-	457.277,58
Depreciações	304.562,96	-	304.562,96
Impostos e Taxas	75.518,78	-	75.518,78
Condomínio	69.152,34	-	69.152,34
Outras Despesas	8.043,50	-	8.043,50
TOTAL GERAL	3.891.984,73	1.657.332,49	5.549.317,22

5.1.1. ATIVO TOTAL

A variação resultante da relação entre as Despesas com Administração e o Ativo total da Entidade é um percentual que demonstra os gastos administrativos em relação ao Ativo Total. Conforme pode se observar nas tabelas abaixo este percentual, de 2002 a 2007, decresceu à medida que os Ativos Totais cresceram, ou seja, a Despesa cresceu em proporção inferior ao Ativo Total. Em 2008 esta variação teve um ligeiro aumento, decorrente da perda ocorrida no segmento de renda variável que culminou com a redução do Ativo Total.

As despesas alocadas diretamente no Programa de Investimentos, no montante de R\$ 597 mil, não estão incluídas no total das despesas com administração.

TABELA 21 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas com a Administração (A)	3.459	3.446	3.877	4.192	4.417	4.952
Ativo Total (B)	327.866	371.820	430.508	489.230	551.773	545.740
Variação (A/B) - %	1,06	0,93	0,90	0,86	0,80	0,91

5.1.2. PLANO PREVIDENCIAL

TABELA 22 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS PLANO PREVIDENCIAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas com a Administração (A)	2.519	2.470	2.683	2.933	2.979	3.295
Ativo Total (B)	322.940	366.709	423.125	479.905	540.239	531.294
Variação (A/B) - %	0,78	0,67	0,63	0,61	0,55	0,62

5.1.3. PLANO ASSISTENCIAL

TABELA 23 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS PLANO ASSISTENCIAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas com a Administração (A)	940	976	1.194	1.259	1.438	1.657
Ativo Total (B)	4.926	5.111	7.383	9.325	11.534	14.446
Variação (A/B) - %	19,08	19,10	16,17	13,50	12,47	11,47

5.2. EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo excedente verificado entre os recursos recebidos e as despesas administrativas do Programa Administrativo, somado à remuneração e aos recursos que estão aplicados no Programa de Investimentos. Tem como finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura com a manutenção das atividades administrativas da Entidade.

A tabela e o gráfico seguintes representam a evolução do Fundo Administrativo da DESBAN de 2002 a 2008.

GRÁFICO 16 – EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

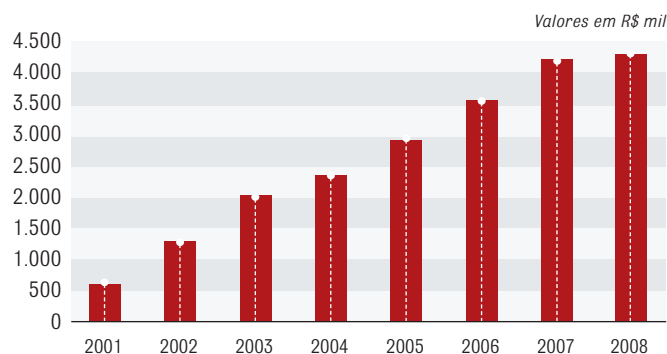


TABELA 24 – FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fundo Administrativo	673	1.280	2.061	2.381	2.981	3.572	4.239	4.334

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores em R\$ mil

ATIVO	2008	2007
DISPONÍVEL	93	484
REALIZÁVEL	545.481	551.126
Programa Previdencial	811	845
Programa Administrativo	99	22
Programa de Investimentos	544.571	550.259
Renda Fixa	454.902	413.546
Renda Variável	63.014	109.663
Investimentos Imobiliários	16.904	17.798
Operações com Participantes	9.751	9.252
PERMANENTE	166	163
Imobilizado	166	126
Diferido	-	37
TOTAL DO ATIVO	545.740	551.773
PASSIVO	2008	2007
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.463	602
Programa Previdencial	255	216
Programa Assistencial	802	21
Programa Administrativo	405	365
Programa de Investimentos	1	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	32	191
Programa Previdencial	-	161
Programa Administrativo	15	18
Programa de Investimentos	17	12
EXIGÍVEL ATUARIAL	547.662	502.898
PROVISÕES MATEMÁTICAS	547.662	502.898
Benefícios Concedidos	346.488	304.653
Benefícios a Conceder	202.263	200.067
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(1.089)	(1.822)
RESERVAS E FUNDOS	(3.417)	48.082
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(21.227)	19.458
Resultados Realizados	(21.227)	19.458
Superávit acumulado	(21.227)	19.458
FUNDOS	17.810	28.624
Programa Previdencial	-	13.022
Programa Assistencial	13.476	11.363
Programa Administrativo	4.334	4.239
TOTAL DO PASSIVO	545.740	551.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores em R\$ mil

	2008	2007
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Recursos coletados	10.267	9.286
Recursos utilizados	(28.079)	(25.814)
Constituição de contingências	(373)	(771)
Custeio administrativo	(1.539)	(1.392)
Resultado dos investimentos previdenciais	10.781	78.344
Constituição de provisões atuariais	(44.764)	(67.217)
Reversão/Constituição de fundos	13.022	(1.231)
Déficit técnico do exercício	(40.685)	(8.795)
PROGRAMA ASSISTENCIAL		
Recursos coletados	6.943	6.415
Recursos utilizados	(4.785)	(3.958)
Custeio administrativo	(1.837)	(1.662)
Recursos oriundos do programa administrativo	292	322
Resultado dos investimentos assistenciais	1.500	1.097
Constituição de fundos	2.113	2.214
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Recursos oriundos de outros programas	5.098	4.652
Receitas	138	126
Despesas	(4.739)	(4.231)
Constituição de contingências	(213)	(185)
Recursos transferidos para programa assistencial	(292)	(322)
Resultado dos investimentos administrativos	103	627
Constituição de fundos	95	667
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda fixa	55.293	46.673
Renda variável	(44.169)	29.242
Investimentos imobiliários	1.839	4.898
Operações com participantes	1.603	1.324
Relacionados com o disponível	(8)	(302)
Relacionados com tributos	(282)	(15)
Constituição de contingências	(170)	(154)
Custeio administrativo	(1.722)	(1.598)
Resultados transferidos para outros programas	(12.384)	(80.068)
Constituições (Reversões) de Fundos	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS FINANCEIROS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Valores em R\$ mil

	2008	2007
PROGRAMA PREVIDENCIAL	(18.273)	(17.308)
ENTRADAS	10.339	9.285
Recursos coletados	10.267	9.286
Recursos a receber	4	(1)
Outros realizáveis/exigibilidades	68	-
SAÍDAS	(28.612)	(26.593)
Recursos utilizados	(28.079)	(25.814)
Utilizações a pagar	-	4
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(173)
Constituição de contingências	(533)	(610)
PROGRAMA ASSISTENCIAL	2.940	2.441
ENTRADAS	7.727	6.415
Recursos coletados	6.943	6.415
Outros realizáveis/exigibilidades	784	-
SAÍDAS	(4.787)	(3.974)
Recursos utilizados	(4.785)	(3.958)
Utilizações a pagar	(2)	5
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	(21)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(4.856)	(4.290)
ENTRADAS	138	126
Receitas	138	126
SAÍDAS	(4.994)	(4.416)
Despesas	(4.739)	(4.231)
Despesas a pagar	40	(2)
Despesas futuras	(3)	1
Permanente	(2)	(1)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	(74)	-
Constituição de contingências	(216)	(183)
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	19.798	19.560
Renda fixa	13.937	2.772
Renda variável	2.480	14.840
Investimentos imobiliários	2.732	2.923
Operações com participantes	1.105	(500)
Relacionados com o disponível	(8)	(302)
Relacionados com tributos	(283)	(16)
Constituição de contingências	(165)	(157)
FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	(391)	403
Demonstrado como segue:		
ao final do exercício	93	484
no início do exercício	(484)	(81)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(391)	403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

» DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

<i>Valores em reais</i>			<i>Valores em reais</i>		
ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
ATIVO	531.293.411,43	540.239.231,19	PASSIVO	531.293.411,43	540.239.231,19
DISPONÍVEL	89.993,37	470.155,37	CONTAS A PAGAR	513.290,51	454.091,45
CONTAS A RECEBER	895.993,82	862.989,73	VALORES EM LITÍGIO	15.204,81	173.598,04
APLICAÇÕES	530.145.726,58	538.748.286,57	COMPROMISSOS COM		
Renda Fixa	440.477.019,21	402.035.405,39	PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	547.662.025,35	502.897.881,15
Renda Variável	63.013.699,37	109.662.535,31	FUNDOS	4.330.108,22	17.255.212,37
Imóveis	16.903.975,82	17.797.812,85	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(21.227.217,46)	19.458.448,18
Empréstimos/Financiamentos	9.751.032,18	9.252.533,02	Resultados Realizados	(21.227.217,46)	19.458.448,18
BENS DE USO PRÓPRIO	161.697,66	157.799,52	Déficit/Superávit Téc. Acumulado	(21.227.217,46)	19.458.448,18

» DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

<i>Valores em reais</i>		
DESCRIÇÃO	2008	2007
(+) CONTRIBUIÇÕES	10.266.650,91	9.286.041,49
(-) BENEFÍCIOS	(28.079.331,76)	(25.813.995,10)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	12.647.698,67	80.627.031,49
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	(5.164.982,18)	64.099.077,88
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(3.136.004,75)	(2.836.440,41)
(-) FORMAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(545.638,66)	(940.128,83)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(44.764.144,20)	(67.217.111,15)
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	12.925.104,15	(1.899.982,29)
(=) DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(40.685.665,64)	(8.794.584,80)

» RENTABILIDADE DO PLANO

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Fundação obteve as seguintes rentabilidades:

POR SEGMENTO	2008	2007
Renda Fixa	13,36%	12,38%
Renda Variável	-39,66%	41,95%
Imóveis	11,09%	33,98%
Operações c/ Participantes	18,22%	18,02%
Rentabilidade Acumulada	2,98%	17,78%
Mínimo Atuarial	12,24%	10,44%

» COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A despesa administrativa da Fundação é debitada aos Programas Previdencial, Assistencial e de Investimentos. Esse débito é feito através do sistema de alocação direta, combinado com rateio de despesas comuns. A despesa administrativa do Plano de Benefícios de Natureza Previdencial, acumulada até dezembro de 2008, foi de R\$ 3.136 mil, sendo que o resultado líquido da despesa administrativa (deduzidas as receitas administrativas) atribuída à Administração Previdencial foi de R\$ 1.453 mil e com Administração dos Investimentos foi de R\$ 1.683 mil.

A formação de valores em litígio, no montante de R\$ 546 mil, refere-se a R\$ 173 mil do programa administrativo e R\$ 373 mil do programa previdencial. O valor correspondente ao programa administrativo é decorrente do recolhimento efetuado judicialmente do PIS e Cofins, conforme processo nº 2006.38.00.019419-1, sendo R\$ 75 mil atribuído à administração previdencial e R\$ 98 mil com administração dos investimentos. Com relação ao valor de R\$ 373 mil do programa previdencial, refere-se aos processos nº 00847.2007.006.03.00, 01584.2007.020.03.00.0, 00098.2008.136.03.00.2, 00112.2008.004.03.00.5, 02.402/713.649-8 e 00119.2008.003.03.00.0.

O custeio administrativo do Programa Previdencial, acumulado até dezembro de 2008, representou 14,90% sobre as Receitas de Contribuições de R\$ 10.257 mil.

Por força regulamentar, os recursos para custeio administrativo da Entidade, não consideradas as despesas decorrentes das aplicações, está limitado a 15% das Receitas de Contribuições.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA ASSISTENCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

» DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	Valores em reais	
	2008	2007
ATIVO	14.446.339,62	11.533.868,04
DISPONÍVEL	2.698,04	13.624,34
CONTAS A RECEBER	14.836,52	3.903,70
APLICAÇÕES	14.425.043,57	11.510.640,65
Renda Fixa	14.425.043,57	11.510.640,65
BENS DE USO PRÓPRIO	3.761,49	5.699,35

PASSIVO	Valores em reais	
	2008	2007
PASSIVO	14.446.339,62	11.533.868,04
CONTAS A PAGAR	949.875,06	148.329,28
VALORES EM LITÍGIO	16.858,89	17.109,54
FUNDOS	13.479.605,67	11.368.429,22

» DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	Valores em reais	
	2008	2007
(+) CONTRIBUIÇÕES	6.943.313,28	6.414.667,01
(-) BENEFÍCIOS	(4.784.727,42)	(3.958.320,16)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.627.477,47	1.194.232,63
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	3.786.063,33	3.650.579,48
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(1.464.962,31)	(1.269.190,36)
(-) FORMAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(209.924,57)	(169.954,29)
(=) FORMAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	2.111.176,45	2.211.434,83

» RENTABILIDADE DO PLANO

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Fundação obteve as seguintes rentabilidades:

POR SEGMENTO	2008	2007
Renda Fixa	13,36%	12,38%

» COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A despesa administrativa da Fundação é debitada aos Programas Previdencial, Assistencial e de Investimentos. Esse débito é feito através do sistema de alocação direta, combinado com rateio de despesas comuns. A despesa administrativa do Plano de Benefícios de Natureza assistencial, acumulada até dezembro de 2008, foi de R\$ 1.465 mil, sendo que a despesa administrativa atribuída ao Programa de Promoção à Saúde - Pro-Saúde foi de R\$ 853 mil, do Programa de Medicina Preventiva foi de R\$ 573 mil e com Administração dos Investimentos foi de R\$39 mil. A formação de valores em litígio, no montante de R\$ 210 mil é decorrente do recolhimento efetuado judicialmente do PIS e Cofins, conforme processo nº 2006.38.00.019419-1, sendo R\$ 138 mil com Administração Assistencial (Pro-Saúde - R\$ 110 mil e Medicina Preventiva - R\$ 28 mil) e R\$ 72 mil com Administração dos Investimentos. A despesa administrativa atribuída ao Pro-Saúde representa 15,72% sobre o total das Receitas de Contribuições e co-participação para o Pró-Saúde, no montante de R\$ 6.117 mil. A despesa administrativa atribuída ao Programa de Medicina Preventiva é totalmente reembolsada pelo Patrocinador-Instituidor BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de novembro de 1977 e autorizada a funcionar pela Portaria nº 1.885, de 30 de outubro de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, sob a forma de fundação. É regida pelas Leis Complementares 108/2001 e 109/2001 e tem como patrocinadores o BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Patrocinador-Instituidor, e a própria Fundação.

Seu objetivo principal é a concessão de complementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social, na modalidade de Benefício Definido, aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previstos no regulamento.

Para a consecução desses objetivos, o custeio do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, administrado pela Desban, é assegurado por contribuições dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores, determinados segundo fórmulas atuariais, além de receitas provenientes de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução CMN

nº 3.456/2007.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

A Desban é a operadora do Programa de Promoção à Saúde – Pro-Saúde, custeado pelos patrocinadores, participantes e assistidos, destinado a oferecer cobertura de despesas médicas a seus participantes e assistidos, empregados do BDMG e da própria Fundação e aos seus dependentes.

A Desban aderiu ao Regime Especial de Tributação – RET, instituído por meio da Medida Provisória nº 2.222/01. A Lei nº 11.053/04, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e que revogou a referida Medida Provisória, dispensou, a partir de 1º de janeiro de 2005, o recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos financeiros na aplicação de recursos das provisões matemáticas, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios das entidades de previdência complementar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão de acordo com as Resoluções nº 5/2002 e nº 10/2002 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC. Essas práticas não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, como principal característica, a contabilização por planos de benefícios, segregando os registros contábeis em quatro programas distintos, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programas-fim (Previdencial e Assistencial) e programas-meio (Administrativo e de Investimentos). O fluxo de recursos nas contas de resultados, envolvendo cobranças e repasses entre os mesmos, é efetuado pelas contas de Transferências Interprogramas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidas como segue:

A. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

B. REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA

Conforme estabelecido pelas Resoluções do CGPC nº 4/2002 e nº 22/2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa

de investimentos – realizável, segundo as duas categorias a saber:

(i). *Títulos para negociação* – registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais são avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado.

(ii). *Títulos mantidos até o vencimento* - registra os títulos de renda fixa com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como sejam classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como “para negociação” são apurados com base em cotações divulgadas e estimativas de valores de realização. As quotas de fundos de investimentos de renda fixa estão registradas pelo valor da quota na data do balanço, informado pelos seus administradores. As variações resultantes da aplicação desse método são apropriadas como despesas ou receitas do Programa de Investimentos.

Em cumprimento às disposições contidas na RN 159/07 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Entidade adquiriu cotas do Santander Fundo de Investimento dedicado ao Setor de Saúde Suplementar – ANS Renda Fixa, cujo valor em 31 de dezembro de 2008 atingiu o montante de R\$ 770. Esses recursos encontram-se vinculados à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

RENDA VARIÁVEL

A carteira de ações é contabilizada pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo. As variações resultantes da aplicação desse método são apropriadas como despesas ou receitas do Programa de Investimentos.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independentes, atendendo ao disposto nas Resoluções CGPC nº 5/2002 e nº 10/2002 e na Resolução nº 3.456/2007 do Banco Central do Brasil.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação, e sua contrapartida é lançada como despesa do Programa de Investimentos.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

São demonstradas ao custo mais rendimentos auferidos, computados em base pro rata, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

C. PERMANENTE

O imobilizado e o diferido são depreciados e amortizados pelo método linear, conforme taxas estabelecidas na Resolução CGPC nº 5/2002.

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL
Instalações em geral	10%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos	10%
Sistemas de Comunicação (exceto direito de uso)	10%
Computadores e Periféricos	20%
Ventilador - Condicionador de ar	25%
Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15%
Software	20%

A Entidade procedeu ao inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis, conforme determina a Resolução CGPC nº 05/2002, após aprovação formal da Diretoria Executiva, em 23 de dezembro de 2008.

D. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base *pro rata*.

E. EXIGÍVEL ATUARIAL

PROVISÕES MATEMÁTICAS

São calculadas pelo atuário independente contratado pela Entidade e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Nota 7).

- » *Benefícios concedidos*: registram o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.
- » *Benefícios a conceder*: registram o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais participantes ativos, calculados com base no valor atual desses benefícios e das contribuições que os participantes e seus respectivos patrocinadores recolherão à Entidade.
- » *Provisões matemáticas a constituir*: registra o valor atual das contribuições extraordinárias, referentes a compromissos especiais futuros, já vigentes no mês a que se referirem.

F. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Atendendo à determinação da Resolução CGPC nº 5/2002, o custeio administrativo da Fundação é debitado aos Programas Previdencial, Assistencial e de Investimentos. Esse débito é feito por meio de sistema de alocação direta, combinado com rateio de despesas comuns. A sobrecarga administrativa atribuída ao Programa Previdencial, que representa os recursos para custeio administrativo da Entidade, não consideradas as despesas decorrentes das aplicações, está limitado, por norma regulamentar, a 15% das receitas de contribuições.

G. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

As transferências interprogramas são utilizadas para identificação da movimentação de recursos entre os programas, por meio da transferência de recursos, de cobranças e repasses entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas. Os registros efetuados por transferências interprogramas, relativas a cada um dos programas constantes da demonstração de resultados são:

PROGRAMA PREVIDENCIAL

Debitado pela transferência para o programa administrativo dos recursos relativos ao custeio administrativo, conforme previsto no plano de custeio, para cobertura das despesas administrativas e pela transferência para o programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado negativo dos investimentos.

Creditado pela transferência do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado positivo dos investimentos.

PROGRAMA ASSISTENCIAL

Debitado pela transferência para o programa administrativo dos recursos relativos ao custeio administrativo, conforme previsto no plano de custeio, para cobertura das despesas administrativas e pela transferência para o programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado negativo dos investimentos.

Creditado pela transferência do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado positivo dos investimentos e pela transferência do programa administrativo dos recursos relativos à devolução de sobras do custeio administrativo.

PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Debitado pela transferência para o programa de investimentos pelo eventual resultado negativo dos investimentos dos recursos do Fundo Administrativo e pela transferência para o programa assistencial dos recursos relativos à devolução de sobras do custeio administrativo.

Creditado pela transferência dos programas previdencial, assistencial e de investimentos dos recursos para cobertura das despesas administrativas e pela transferência do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado positivo dos investimentos do Fundo Administrativo.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Debitado pela transferência de recursos para os programas previdencial, assistencial e administrativo dos recursos relativos ao resultado positivo dos investimentos e pela transferência de recursos ao programa administrativo, para cobertura das despesas com administração dos investimentos. Creditado pela transferência de recursos oriundos dos programas previdencial, assistencial e administrativo para cobertura de eventual resultado negativo dos investimentos.

4. PROGRAMA PREVIDENCIAL

	2008	2007
Recursos a receber	811	845
Benefícios - INSS	71	775
Outros recursos a receber	740	70

Em 25 de fevereiro de 1980, o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (antiga denominação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) aprovou a proposta de convênio da Desban para o processamento e o pagamento de benefícios previdenciários.

Em 10 de janeiro de 1986, o INPS e a Entidade assinaram o Convênio de Benefícios Acidentários pelo qual a Entidade se comprometeu a processar e a pagar os auxílios-doença devidos aos participantes, quando acidentados no trabalho, e, se couber, o abono anual de que trata o artigo 151, inciso II, do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080/1979.

Em ambos os convênios, o INSS se compromete a reembolsar a Entidade, em prazo não superior a 30 dias, das importâncias despendidas em cada mês com o pagamento de benefícios previdenciários.

5. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A. RENDA FIXA

DESCRIÇÃO	2008	2007
Títulos de responsabilidade do		
Governo Federal	244.789	221.944
Notas do Tesouro Nacional	244.789	221.920
Créditos Securitizados do Tesouro Nacional	-	24
Aplicações em Instituições Financeiras	185.297	173.612
Certificados de Depósitos Bancários	114.275	72.313
Quotas Fundos de Investimentos Financeiros	41.074	59.198
Quotas Fundos de Investimentos no Exterior	19.529	19.600
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	10.419	22.501
Títulos de Empresas	24.816	17.990
Debêntures não Conversíveis	22.780	17.990
Cêdulas de Créditos Bancários	2.036	-
TOTAL RENDA FIXA	454.902	413.546

B. RENDA VARIÁVEL

DESCRIÇÃO	2008	2007
Mercado de Ações	59.117	104.922
Fundos de Investimentos	3.897	4.741
TOTAL RENDA VARIÁVEL	63.014	109.663

Os Títulos e Valores Mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

DESCRIÇÃO	ATÉ 180 DIAS	DE 181 A 360 DIAS	MAIS QUE 360 DIAS	2008	2007
				Total	Total
Títulos Públicos Federais	-	-	244.789	244.789	221.944
Certificados de Depósito Bancário	-	107.670	6.605	114.275	72.313
Quotas Fundos Investimento - Renda Fixa	41.074	-	-	41.074	59.198
Quotas Fundos Investimento no Exterior	19.529	-	-	19.529	19.600
Operações Compromissadas	4.805	5.614	-	10.419	22.501
Debêntures não Conversíveis	-	-	22.780	22.780	17.990
Cédulas de Créditos Bancários	-	-	2.036	2.036	-
Quotas Fundos Investimento - Renda Variável	3.897	-	-	3.897	4.741
TOTAL TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	69.305	113.284	276.210	458.799	418.287

A Fundação classifica os títulos e valores mobiliários como segue:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os títulos para negociação são registrados contabilmente pela curva do papel e ajustados a valor de mercado. Os Títulos Públicos Federais são marcados pela taxa média divulgada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Andima; os Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós-fixados pela oferta de mercado das Instituições emissoras; as Quotas de Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes, em Fundo Exclusivo, em Fundo de Investimento em Papéis no Exterior - FIDEX e em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs foram registradas pelo valor da cota diária informada pelos Administradores.

DESCRIÇÃO	VALOR PELA CURVA	VALOR DE MERCADO	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional	19.166	18.238	(928)
Certificados de Depósitos Bancários	114.275	114.275	-
Quotas Fundos Investimento - Renda Fixa	41.074	41.074	-
Quotas Fundos Investimento no Exterior	19.529	19.529	-
Quotas Fundos Investimento - Renda Variável	3.897	3.897	-
TOTAL TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	197.941	197.013	(928)

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Os valores atualizados (acrescidos dos rendimentos nominais) dos Títulos e Valores Mobiliários, classificados nesta modalidade, podem ser assim demonstrados:

DESCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO
Notas do Tesouro Nacional	226.551
Créditos Securitizados do Tesouro Nacional	10.419
Operações Compromissadas	22.780
Debêntures não Conversíveis	2.036
TOTAL TÍTULOS MANTIDOS ATÉ VENCIMENTO	261.786

No exercício de 2008, a Entidade alienou Títulos Públicos Federais - NTN-B, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", gerando um efeito líquido positivo de R\$ 40 no resultado de 2008, assim demonstrado:

DATA	QUANTIDADE	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONTABILIZADO	RESULTADO
24/10/2008	4.000	6.683	6.643	40
TOTAL		6.683	6.643	40

Esse procedimento teve como objetivo principal a aquisição de títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior, proporcionando o alongamento da carteira de investimento do segmento de renda fixa, aproveitando o momento favorável do mercado com elevação das taxas de juros de longo prazo.

A Entidade tem intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, considerando possuir capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, das obrigações e do perfil do exigível atuarial.

C. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

DESCRIÇÃO	2008	2007
Edificações	9.888	10.064
Participações	5.781	5.891
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	1.235	1.843
Outros Investimentos Imobiliários	-	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	16.904	17.798

Estão demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independentes, atendendo ao disposto nas Resoluções CGPC nº 5/2002 e nº 10/2002 e na Resolução nº 3.456/2007 do Banco Central do Brasil.

Em fevereiro de 2007, a Entidade promoveu a reavaliação de 500 vagas de garagem do Condomínio Life Center Parking, parte integrante do empreendimento denominado Lifecenter, localizado à Av. do Contorno, 4.747, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, elaborado pela empresa especializada Hexágono Engenharia Ltda, cujo laudo técnico buscou atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653 - Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. A reavaliação gerou um efeito líquido positivo de R\$2.253 no resultado de 2007, assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	SALDO ANTES DA REAVALIAÇÃO	EFEITO LÍQUIDO DA REAVALIAÇÃO	SALDO APÓS A REAVALIAÇÃO
Edificações para renda	7.247	2.253	9.500

Em agosto de 2007, a Entidade promoveu a reavaliação do 8º e 10º andares do Edifício São João, localizado à Rua São Bento nº 9, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, elaborado pela empresa especializada Urbano Métrica Ltda, sendo adotado o Método Comparativo de Dados de Mercado, cujo laudo técnico buscou atingir o nível de Fundamentação Grau II, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653 - Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. O procedimento gerou um efeito líquido positivo de R\$82 no resultado de 2007, assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	SALDO ANTES DA REAVALIAÇÃO	EFEITO LÍQUIDO DA REAVALIAÇÃO	SALDO APÓS A REAVALIAÇÃO
Edificações para renda	578	82	660

Em dezembro de 2007, a Entidade promoveu a reavaliação do imóvel denominado Complexo Hospitalar Lifecenter, localizado

à Rua Prof. Estevão Pinto nº 15, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, elaborado pela empresa especializada Enape Engenharia de Avaliações Ltda, cujo laudo técnico buscou atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653 - Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. O procedimento gerou um efeito líquido positivo de R\$1.010 no resultado de 2007, assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	SALDO ANTES DA REAVALIAÇÃO	EFEITO LÍQUIDO DA REAVALIAÇÃO	SALDO APÓS A REAVALIAÇÃO
Participações - Complexo Hospitalar	4.828	1.010	5.838

No exercício de 2008, a Desban constituiu, conforme norma regulamentar, provisão para perda, no montante de R\$150 e uma reversão de provisão para perda no montante de R\$260, relativa à locação e alienação de imóveis a terceiros, em percentuais que variam de 25% a 100%.

D. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

DESCRIÇÃO	2008	2007
Empréstimos	9.054	7.984
Financiamentos Imobiliários	697	1.268
TOTAL DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9.751	9.252

As operações com participantes estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro. Compreendem a carteira os empréstimos (simples e saúde) e financiamentos imobiliários, cujas condições prevêem as seguintes atualizações:

- » **Saúde:** atualização monetária mensal pelo índice nacional de preço ao consumidor amplo - IPCA, juros nominais de 0,74% a.m., taxa de administração de 0,10% a.m. incidente sobre o saldo devedor.
- » **Simples:** atualização monetária mensal pelo IPCA, juros nominais de 0,74% a.m., taxa de administração de 0,10% a.m. incidente sobre o saldo devedor.
- » **Habitacional:** atualização monetária pelo mesmo índice utilizado para a atualização das provisões matemáticas, mais juros de 12% a.a. e reajuste das prestações com periodicidade mínima anual.

No exercício de 2008, a Desban constituiu, conforme norma regulamentar, reversão de provisão para perda, no montante de R\$11 (Em 2007 – provisão de R\$9), relativa a operações com participantes.

6. CONTINGÊNCIAS

TRIBUTÁRIAS - IMPOSTO DE RENDA

Com a edição da Medida Provisória nº 2.222/2001, a Entidade optou pelo Regime Especial de Tributação - RET, beneficiando-se das condições estabelecidas no artigo 2º da referida norma legal, em relação aos rendimentos auferidos nas aplicações dos recursos garantidores das provisões, reservas técnicas e fundos, a partir de setembro de 2001.

Para o período anterior, entre janeiro de 1994 a agosto de 2001, a Desban gozou do benefício fiscal da Anistia, nos termos estabelecidos no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.222/2001 e no artigo 17 da Lei Federal nº 9.779/1999. O montante devido no período era de R\$23.235, em 31 de dezembro de 2001.

Todavia, para fruição desse benefício fiscal, a Entidade ingressou com medida cautelar contra a União Federal, em que obteve liminar que lhe permitiu depositar judicialmente o montante acima, sem desistir de outras demandas, conforme determinava o § 1º do artigo 5º da Medida Provisória nº 2.222/2001, sendo proferida sentença favorável. Houve interposição de ação ordinária, cuja matéria é a manutenção da anistia fiscal e de outros processos judiciais de natureza tributária, contra a União Federal. A Desban também obteve sentença parcialmente favorável, sendo que encontra-se pendente de julgamento os recursos interpostos perante o Tribunal Regional Federal da 1ª. Região.

Em dezembro de 2003, a Entidade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, pela falta de recolhimento do imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras, relativo ao período de janeiro de 1999 a agosto de 2001, no montante de R\$23.737, incluindo juros de mora, atualizados até 28 de novembro de 2003. Houve parcial provimento ao recurso administrativo apresentado pela Desban, proporcionando a anulação do lançamento tributário de R\$2.047, em junho de 2004. Esse valor foi levantado pela Desban em face do depósito judicial informado anteriormente. Como comentado acima, a Desban já efetuou depósito judicial acerca desse tributo e constituiu provisão para a totalidade do mesmo. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, a provisão para contingências é apresentada líquida dos depósitos judiciais.

TRIBUTÁRIAS - PIS/COFINS

A Medida Provisória nº 66/2002, convertida na Lei Federal nº 10.637/2003, trouxe importantes alterações relativas às contribuições devidas ao PIS e à COFINS. A norma legal modificou a base de cálculo das contribuições sociais em comento, permitindo novas exclusões tributárias da base de cálculo. A Entidade ingressou com medida judicial e questiona a legalidade e

a constitucionalidade dessas contribuições sociais. Em decorrência das alterações legais, a Entidade efetuou depósito judicial, em 28 de novembro de 2002, nos valores de R\$24 e R\$110 para PIS e COFINS, respectivamente, aproveitando-se dos benefícios tributários trazidos pela legislação.

Em dezembro de 2003, a Entidade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pela falta/insuficiência de recolhimento do PIS, relativo ao período de janeiro de 1997 a agosto de 2001, no montante de R\$216, e da COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a agosto de 2001, no montante de R\$648. Houve impugnação desses autos de infração, que aguardam pronunciamento da Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte. Na opinião da assessoria jurídica, existe a remota possibilidade de desfecho desfavorável à Desban na defesa apresentada e, com isso, a Administração da Entidade entende ser desnecessária a constituição de provisão.

Em junho de 2006, a Entidade impetrou um Mandado de Segurança objetivando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei Federal nº 9.718/98, que alterou o conceito de faturamento de resultado da venda de mercadorias e serviços para a totalidade das receitas.

Ocorrendo sucesso na demanda judicial proposta, almeja a Desban a não sujeição ao recolhimento do PIS e da COFINS, uma vez que é uma entidade fechada de previdência complementar e, portanto, não percebe faturamento.

TRIBUTÁRIAS - CSLL

Em dezembro de 2003, a Entidade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pela falta de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativo ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 2001, no montante de R\$6.739. Houve impugnação desse auto de infração, cujo pronunciamento do Primeiro Conselho de Contribuintes foi favorável à Entidade. Diante desse acórdão do Conselho de Contribuintes, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Desde novembro de 2008 os autos encontram-se com o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda para julgamento do referido recurso. Portanto, a Administração da Entidade entende ser desnecessária a constituição de provisão.

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade do atuário externo, Mercer Human Resource Consulting Ltda., contratado pela Entidade, as quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização, considerando a taxa de juros reais de 5,50% ao ano.

Para avaliação do fluxo de receitas, admitiu-se a manutenção das taxas de contribuição dos participantes e patrocinadores, com destinação de 15% dessa receita para cobertura de despesas administrativas.

COMPOSIÇÃO DO EXIGÍVEL ATUARIAL	2008	2007
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	346.488	304.653
Benefícios do Plano	365.775	321.565
(-) Contribuições do(s) Patrocinador(es) sobre Benefícios	(19.287)	(16.912)
BENEFÍCIOS A CONCEDER	202.263	200.067
Benefícios do Plano com Geração Atual	246.418	241.917
(-) Contribuições do(s) Patrocinador(es) sobre Benefícios	(14.385)	(14.170)
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(29.770)	(27.680)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(1.089)	(1.822)
(-) Serviço Passado	(1.089)	(1.822)
TOTAL	547.662	502.898

Na avaliação atuarial do exercício de 2008, as provisões matemáticas sofreram variações face à revisão da premissa relativa à rotatividade, além das variações da massa, aqui incluídas as novas adesões e baixas ocorridas no período. A premissa revista está condizente com a realidade da massa.

O saldo das provisões matemáticas a constituir vem sendo amortizado mensalmente pelo Patrocinador-Instituidor, nas condições de juros de 6% ao ano e correção monetária pelo IGP-DI, restando, em 31 de dezembro de 2008, 13 (treze) parcelas.

As principais hipóteses atuariais e econômicas na apuração do exigível atuarial foram:

- » **Taxa de juros:** 5,50% ao ano.
- » **Projeção do crescimento real de salário:** Para os técnicos,

10% até 3 anos de serviço e 1% nos demais anos, até 1 ano antes da elegibilidade à aposentadoria pela Desban. Para os analistas, 16,8% até 3 anos de serviço e o mesmo comportamento do crescimento salarial dos técnicos nos demais anos.

- » **Projeção de crescimento real do maior salário de benefícios do INSS:** Nula
- » **Projeções de crescimento real do benefício do plano:** Nula
- » **Tábua de Mortalidade de válidos:** AT - 2000
- » **Tábua de Mortalidade de Inválidos:** IAPB 57
- » **Tábua de entrada em invalidez:** Álvaro Vindas
- » **Rotatividade:** 8,71% até 3 anos de serviço e 0,45% após 4 anos de serviço.
- » **Hipótese sobre a composição familiar de pensionistas:** composição familiar real.

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO

Representa o excedente ou insuficiência patrimonial (superávit/déficit) em relação aos compromissos totais da Fundação, como demonstrado:

	2008	2007
Saldo Inicial	19.458	28.253
(-) Resultado do Exercício	(40.685)	(8.795)
TOTAL	(21.227)	19.458

9. FUNDOS

PROGRAMA PREVIDENCIAL

O fundo de cobertura de oscilação de risco tem como objetivo preservar a situação econômico-atuarial de futuras oscilações das hipóteses atuariais e dos ativos da Entidade. A constituição e avaliação dos fundos previdenciais são de responsabilidade do atuário externo.

	2008	2007
Saldo Inicial	13.022	11.791
Formação (Reversão) de Fundos	(13.022)	1.231
TOTAL	-	13.022

O fundo de cobertura de oscilação de risco foi constituído em dezembro/2000 após estudos realizados pela empresa de consultoria atuarial - STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda, com objetivo de preservar a situação econômico-atuarial da Entidade de futuras oscilações dos ativos e das hipóteses atuariais.

Em cumprimento à determinação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em seu Relatório de Fiscalização nº 07/2008/ESMG, e da concordância da consultoria atuarial externa Mercer Human Resource Consulting Ltda, o fundo de cobertura de oscilação de risco foi revertido no exercício de 2008. Demonstramos a composição do Equilíbrio Técnico e do fundo de cobertura de oscilação de risco no período com-

preendido de 2004 a 2008.

	2008	2007	2006	2005	2004
Equilíbrio Técnico	(21.227)	19.458	28.253	10.205	6.346
Fundo de Oscilação de Risco	-	13.022	11.791	10.797	9.605
	(21.227)	32.480	40.044	21.002	15.951

PROGRAMA ASSISTENCIAL

A contabilização do Fundo Assistencial decorre da apuração de resultados positivos entre as receitas e despesas do seu Programa. Sua movimentação pode ser assim resumida:

	2008	2007
Saldo Inicial	11.363	9.149
Formação de Fundos	2.113	2.214
TOTAL	13.476	11.363

PROGRAMA ADMINISTRATIVO

No tocante ao Fundo do Programa Administrativo, a movimentação no exercício pode ser assim resumida:

	2007	2007
Saldo Inicial	4.239	3.572
Formação de Fundo	95	667
TOTAL	4.334	4.239

10. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Entidade manter cobertura de seguros para os bens dos investimentos imobiliários, sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Atendendo à determinação da Resolução CMN nº 3.456/2007, a Entidade contratou pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, como agente custodiante dos títulos e valores mobiliários e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável.

A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade.

CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO - PLANO PREVIDENCIAL

Nos exercícios de 2008 e 2007, o montante de contribuições previdenciais em atraso atingiu R\$6 e R\$7, respectivamente.

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvana Guimarães Mendes Dantas

Diretora Superintendente

CPF – 426.730.466-15

Iris Lanna de Moraes

Diretora Financeira

CPF – 489.370.296-34

Luiz Alberto Pinheiro de Carvalho

Diretor de Segurança

CPF – 198.708.176-53

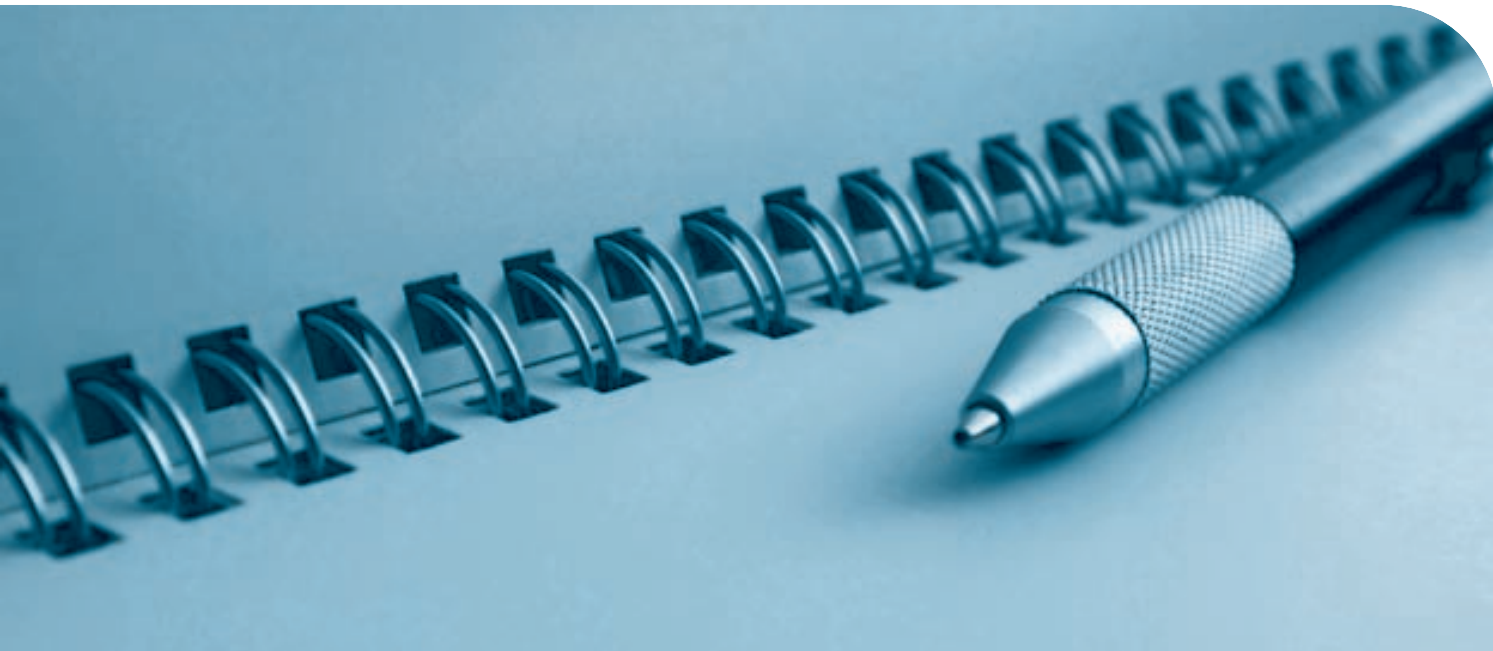
CONTADOR RESPONSÁVEL

Márcio de Souza Monteiro

Contador Responsável

CRC MG – 32.296

CPF – 131.605.246-04



07

PARECERES

» PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Patrocinadores da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social

1. Examinamos os balanços patrimoniais da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações e os fluxos financeiros referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2009.

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC 1MG027739/0-3
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/0-5

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários mantido pela DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31/12/2008.

2. POSIÇÃO DO EXIGÍVEL ATUARIAL E DAS RESERVAS E FUNDOS

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2008, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

	R\$
2.3. EXIGÍVEL ATUARIAL	547.662.025,35
2.3.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	547.662.025,35
2.3.1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	346.487.549,00
2.3.1.1.01. Benefícios do Plano	365.774.934,00
2.3.1.1.01.01. Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.02. Benefício Definido	365.774.934,00
2.3.1.1.02. Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	19.287.385,00
2.3.1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	202.263.771,35
2.3.1.2.01. Benefícios do Plano com a Geração Atual	246.418.954,00
2.3.1.2.01.01. Contribuição Definida	0,00
2.3.1.2.01.02. Benefício Definido	246.418.954,00
2.3.1.2.02. Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual	14.385.081,00
2.3.1.2.03. Outras Contribuições da Geração Atual (-)	29.770.101,65
2.3.1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	1.089.295,00
2.3.1.3.01. Serviço Passado (-)	1.089.295,00
2.3.1.3.02. Déficit Equacionado (-)	0,00
2.3.1.3.03. Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.4. RESERVAS E FUNDOS	(16.897.109,24)
2.4.1. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(21.227.217,46)
2.4.1.1. RESULTADOS REALIZADOS	(21.227.217,46)
2.4.1.1.01. SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.4.1.1.01.01. Reserva de Contingência	0,00
2.4.1.1.01.02. Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.4.1.1.02. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(21.227.217,46)
2.4.2. FUNDOS	4.330.108,22
2.4.2.1. Programa Previdencial	0,00
2.4.2.2. Programa Assistencial	0,00
2.4.2.3. Programa Administrativo	4.330.108,22
2.4.2.4. Programa de Investimentos	0,00

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- 1) O Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG vigente em 31/12/2008, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA).
- 2) Os dados individuais, posicionados em 30/09/2008 para participantes ativos e autopatrocinados, e, em 31/10/2008 para participantes assistidos e beneficiários, do Plano foram fornecidos pela DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, per-

manecendo, em qualquer hipótese, com a DESBAN a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

- 3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.
- 4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social à Mercer, bem como o valor do Fundo Administrativo.

Em 31/12/2007 o Plano de Benefícios Previdenciários registrava superávit de R\$ 19,5 milhões. O principal fator que levou à constituição do déficit conjuntural em 31/12/2008 foi a rentabilidade patrimonial ter sido inferior à meta atuarial neste exercício, fato este causado principalmente pela crise financeira que se abateu sobre a economia mundial. Uma vez que o déficit verificado no Plano é equivalente a 3,9% do Exigível Atuarial do Plano e o fluxo de receitas adicionado ao ativo líquido constituído é suficiente para honrar a folha de benefícios do exercício de 2009, estimada em R\$ 31,5 milhões, a Entidade optou pela postergação do equacionamento do déficit, conforme previsão contida no parágrafo 1º do Art. 28 da Resolução nº 26/2008.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

TAXA REAL DE JUROS ⁽¹⁾	5,5% a.a.
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO ^{(1) (2)}	Experiência DESBAN
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO ⁽¹⁾	0% a.a.
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO (SALÁRIOS)	0,98
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO (BENEFÍCIOS)	0,98
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE ⁽³⁾	Experiência DESBAN
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL ⁽⁴⁾	AT-2000
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	IAPB-57
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	Álvaro Vindas
OUTRAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS UTILIZADAS ⁽⁵⁾	Ver descrição

Observações:

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IPCA do IBGE;

⁽²⁾ Projeção de crescimento real de salário, variável por função e por tempo de serviço, obtida com base na experiência da Entidade: Técnico (35% da população): 10% a.a. nos 3 primeiros anos de serviço; 1% a.a. nos demais anos e Analista (65% da população): 16,8% a.a. nos 3 primeiros anos de serviço; 1% a.a. nos demais anos. Esta hipótese foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a ex-

pectativa de reajuste salarial de longo prazo.

⁽³⁾ Rotatividade variável por tempo de serviço, obtida com base na experiência da Entidade: 8,71% a.a. nos 3 primeiros anos de serviço; 0,45% a.a. a partir do 4º ano de serviço.

A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados pelo Patrocinadora a partir de informações históricas e expectativa futura sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁵⁾ Idade de Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes se aposentam na 1ª elegibilidade a um benefício pleno.

Composição familiar:

Antes da Aposentadoria: 95% dos Participantes são casados com 2 filhos dependentes, sendo o marido 4 anos mais velho que a esposa.

Após a Aposentadoria: Idade real do cônjuge para os aposentados e a composição familiar real para os pensionistas.

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto os benefícios de Auxílio-Doença, concedidos por um período inferior a 2 anos, que foi avaliado pelo método de Repartição Simples, e Auxílio-Reclusão, considerado imaterial para fins dessa avaliação atuarial, uma vez que não há experiência na Entidade de concessão desse benefício.

A hipótese de rotatividade foi alterada de 7,3% dos 3 primeiros anos de serviço, 4% entre 3 e 5 anos de serviço e 0,3% a.a. a partir do 5º ano de serviço para 8,71% a.a. nos 3 primeiros anos de serviço e 0,45% a partir do 4º ano de serviço, conforme recomendação do Patrocinador Principal feita com base em sua expectativa de admissões e desligamentos. O im-

pacto desta alteração é uma pequena redução no valor das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano.

Informamos que, excetuada a alteração mencionada acima, não ocorreram alterações nas demais hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2007.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2008 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2009

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições mensais para o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG com base nos seguintes níveis:

PATROCINADORAS

- Contribuição normal equivalente ao total de contribuições vertidas pelos participantes ativos e assistidos, estimada em 11,08% da folha de Salários-de-Participação dos participantes ativos;
- Contribuição extraordinária para cobertura da Provisão Matemática a Constituir - subconta Serviço Passado, de valor mensal de R\$ 93.716,03, valor este que será atualizado mensalmente pela variação do IGP-DI acrescida de uma taxa de juros de 0,5% a.m., conforme previsto no contrato firmado pela Entidade, e que na data da avaliação representava 2,85% da folha de Salários-de-Participação dos Participantes Ativos.

PARTICIPANTES ATIVOS

- Contribuição normal equivalente à aplicação dos seguintes percentuais sobre o Salário-de-Participação:
 - a) Percentual aplicável sobre o Salário-de-Participação, limitado a 5,625 Unidades de Referência DESBAN: Mínimo [1%+(Máximo((Idade de Inscrição no

Plano – 18); 0)/1500; 3%];

b) Percentual aplicável sobre o excesso do Salário-de-Participação em relação a 1,25 Unidades de Referência DESBAN: 9%;

c) Percentual aplicável sobre o excesso do Salário-de-Participação em relação a 3,75 Unidades de Referência DESBAN: 5%.

Na Avaliação Atuarial de 31/12/2008 essa contribuição foi estimada em 6,17% sobre o Salário-de-Participação dos Participantes Ativos.

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

- Contribuição normal equivalente ao dobro da contribuição dos participantes ativos.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

- Contribuição normal de 7,5% da complementação de aposentadoria, aplicável somente aos Participantes que recebem Abono de Aposentadoria.

Observamos, ainda, que 15% de todas as contribuições efetuadas serão destinadas para o custeio administrativo do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009.

5. LIMITE LEGAL DAS DESPESAS

Em conformidade com o item nº 42 da Resolução MPAS/GPC nº 1, de 09/10/1978, informamos que a sobrecarga administrativa da DESBAN não deverá exceder a 15% do total da receita de contribuições previstas para o exercício.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2009.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Lívia Alves Dias dos Santos

M.I.B.A. nº 1.268

» MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA DESBAN – FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Demonstrações Contábeis do exercício de 2008.

Em atendimento à Resolução do MPS/CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução do MPS/CGPC nº. 10, de 05 de julho de 2002 e Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004 e com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis e Financeiras de encerramento do exercício financeiro de 2008, consubstanciada pelos Pareceres do Atuário responsável pelos Planos de Benefícios, MERCER Human Resource Consulting Ltda, bem como pelo parecer do Auditor Independente, BDO Trevisan Auditores Independentes, aprovamos por unanimidade e sem ressalvas as referidas Demonstrações Contábeis da Desban Fundação BDMG de Seguridade Social do exercício de 2008.

Belo Horizonte, 18 de março de 2009.

Giselle Moraes da Fonseca Diniz

Mônica Borba Fonseca Martins

Carlos César da Silva

Sérgio Luís Costa Fiorini

José Tadeu de Abreu

Hamilton Couto D'Agostini

Flávio Diniz França

Waldemar Emídio Bastos

» PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos

**Participantes, Patrocinadores e Diretores da
DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social**

01 – REUNIÃO: N° 0106

02 – ASSUNTO: Exame e aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2008.

03 – RESOLUÇÃO: O Conselho Deliberativo da Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social, no uso de suas atribuições estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados do Exercício, da Demonstração do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2008, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho fiscal e dos Consultores Atuariais, RESOLVEU aprovar por unanimidade, na forma apresentada, os referidos documentos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2009.

Polyana Schetini Martins Silva

Presidente do Conselho Deliberativo

Administração

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Polyana Schetini Martins Silva

Titulares

Enéas Virgílio Saldanha Bayão
Renata Pereira Rodrigues Campos
Luciane de Souza Saldanha
Suely Castro Miranda Toledo
Virgílio Rosa Filho

Suplentes

Maria de Lourdes Carneiro Freitas Giarola
José Roberto Botelho
Daniel Lage da Assunção
Alexandre Moreira Pena Ramos
Saulo Dias de Oliveira
Marco Aurélio Clementino

CONSELHO FISCAL

Presidente

Giselle Moraes da Fonseca Diniz

Titulares

Carlos César da Silva
Flávio Diniz França
José Tadeu de Abreu

Suplentes

Mônica Borba Fonseca Martins
Sérgio Luis Costa Fiorini
Waldemar Emídio Bastos
Hamilton Couto D'Agostini

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretora Superintendente

Silvana Guimarães Mendes Dantas

Diretora Financeira

Íris Lanna de Moraes

Diretor de Segurança

Luiz Alberto Pinheiro de Carvalho

EXPEDIENTE

Comissão Responsável pela Elaboração do Relatório Anual de Atividades 2008

Coordenador: Márcio de Souza Monteiro

Membros: Isabela Carvalho Duarte
Pedro Lopes Sternick
Danielle de Araújo Andrade Pena
Miguel Arcanjo Pinto Ribeiro

Projeto Gráfico e Editoração: Mondana:IB



DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social

Rua Bernardo Guimarães, 1.571 – conjunto 1 ::: Lourdes
Belo Horizonte ::: MG ::: Cep 30.140-081
Telefone: (31) 3249-8500 ::: E-mail: noticias@desban.org.br
www.desban.org.br